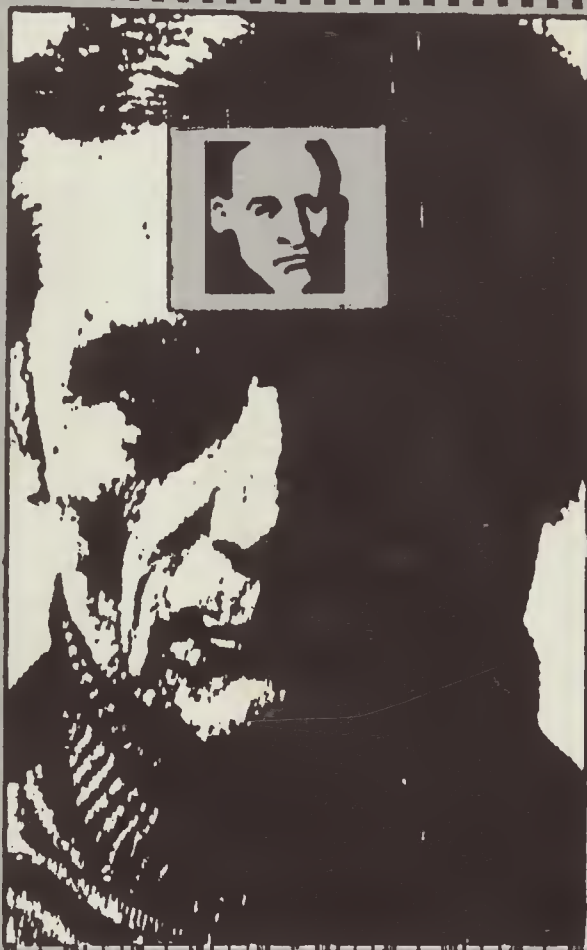


ADverso



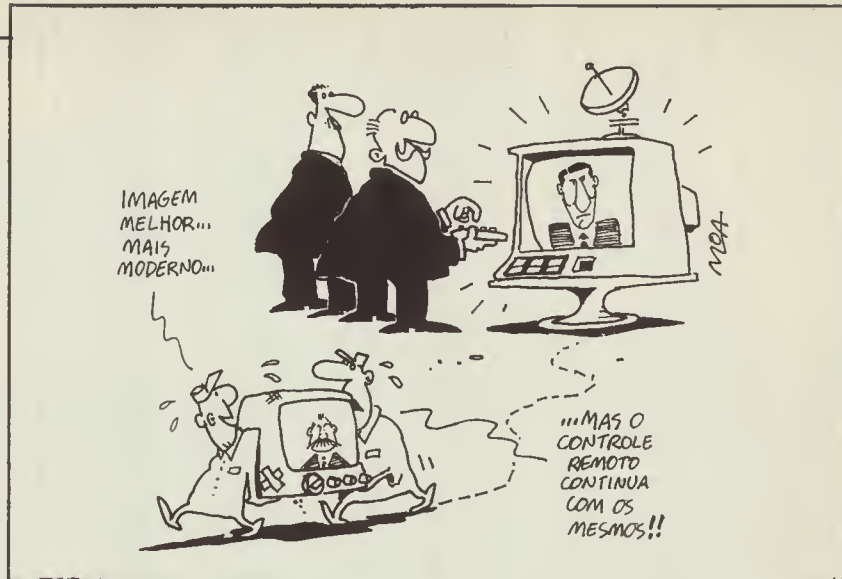
ADverso - Revista da
Associação dos Docentes
da UFRGS/ADUFRGS



MODERNIDADE E ÉTICA:

ESSÊNCIA E APARÊNCIA

ADUFRGS/DOCUMENTO
UM MUNDO IMAGINADO



A PROPÓSITO DA MODERNIDADE E DA ÉTICA

Como entender "modernidade" e "ética" nos países do Terceiro Mundo, entre eles a sociedade brasileira, com tantas e tão profundas desigualdades?

A modernidade refere-se a processos sócio-econômicos e políticos que se desenvolveram em determinada época histórica, ocorridos em algumas sociedades. Implicou transformações estruturais que instalaram processos que se articularam em todas as esferas da vida social; do plano econômico ao jurídico-político, passando pela renovação dos costumes e da cultura, os quais se orientaram por uma ética social que modelou as relações sócio-econômico-jurídico-políticas em determinadas direções. Consolidou-se, assim, uma "nova visão de mundo" nas sociedades que estavam sofrendo esses processos. A modernização nessas sociedades, foi sinônimo de estruturação do Estado e da Economia, articulada ao avanço das conquistas sociais e ampliação dos direitos de cidadania.

No Brasil o conceito de "modernidade", tão em voga, ao contrário, vem reafirmando velhos comportamentos das elites econômicas e políticas, que estão muito mais de acordo com o que comumente tem se designado de "realismo cínico", como prática política predominante. Esta prática foi e continua sendo o comportamento ético das velhas raposas da política brasileira, consagrado na máxima utilizada por um ex-ministro do Governo do "é dando que se recebe". Ética tão antiga quanto nossa história, es-

tando muito longe de um comportamento moderno.

Este "realismo cínico" desmonta o adversário através da montagem de um discurso que articula certa moral cínica com práticas marcadamente contrárias ao discurso e à imagem criada.

O apelo desse discurso tem como objetivo atingir a manutenção de privilégios através de uma "legitimidade" forjada na desqualificação e no desmantelamento dos setores organizados da sociedade.

Exemplos flagrantes são a ética da campanha de Collor nas eleições presidenciais, utilizando o caso da ex-companheira de Lula; a ética do ministro anterior da Justiça, que prega a moralização e o saneamento da máquina estatal e ocupa ilegalmente dois apartamentos funcionais em Brasília; a ética do "não tenho compromisso com o passado"; a ética do "se a palavra de um professor não basta..." do ex-reitor de nossa Universidade e do "para evitar um mal maior", da turma que o sustentou e o sucedeu, que era a turma dele. A palavra não bastou e o mal pior foi o desrespeito aos direitos de participação, democracia e cidadania da comunidade envolvida; a ética da grande mídia, financiando a construção de imagens e modelos que servem única e exclusivamente aos seus interesses e privilégios, tudo isso baseado no discurso da "neutralidade" e da "competência".

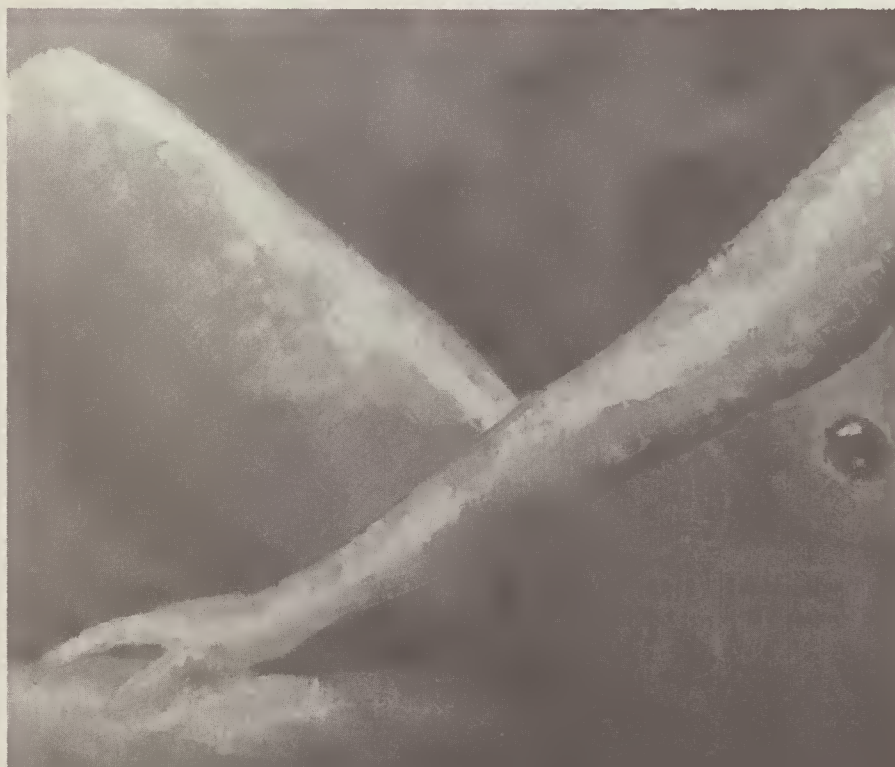
A concepção de modernidade numa sociedade como a brasileira tem trazido como principais conseqüências, nas últimas décadas, e mais profundamen-

te no período recente, a deterioração do público e do social, a marginalização e a exclusão da terra, o desrespeito à vida, à saúde, e a degradação do ambiente; o desmantelamento e a desmoralização das instituições e instâncias da sociedade onde se ampliam direitos de cidadania e da institucionalização da democracia — observe-se o processo de desmoralização do Parlamento e da política na vida nacional.

A principal questão que colocamos para reflexão no ADVERSO/Revista número 1 é justamente a relação entre esta "modernidade" e sua "ética", tendo como pano de fundo a Universidade. Que Universidade queremos? Como ela deve se constituir? Como se relacionam reforma e ética? Como tratar a relação entre ética, produção de conhecimento e desenvolvimento da ciência e tecnologia? A quem deve servir a produção desse conhecimento? Como garantir direitos de participação, democracia e cidadania nessas relações? Resolver estas questões e indicar sua direção é se colocar ainda nos primórdios da modernidade em nosso país. Esperamos que estas inflexões orientem nossa participação na luta por uma sociedade mais justa, mais solidária, mais homogênea.

A Diretoria

Í N D I C E



Artista: CLAUDIA SABANI. Título:
SENSAÇÃO DE CORPO Nº 7. 50 x 60 cm.
Óleo sobre Tela. (Foto: Cláudia Sabani).

Editorial	02
Índice	03
Cartas	04
Opinião	05
Universidade	06
Conjuntura	10
Entrevista	13
Encarte - Um Mundo Imaginado	
Entrevista (continuação)	19
Ciência I	25
Ciência II	28
Cultura	32
Universidade	34
Página Livre	35

ADverso



Porto Alegre, 05 de julho de 1990

Prezados Colegas

Com grata satisfação, transmito-lhes efusivos cumprimentos pela excelência, em todos os sentidos, da Revista Adverso, ano I, número zero.

Atenciosamente, FLÁVIO COULON.
Professor da Escola de Engenharia/UFRGS.

Porto Alegre, 11 de Julho de 1990

Desejaria congratular Vossas Senhorias por todo o empenho e sucesso obtidos com o lançamento da Adverso Revista (Ano I, nº zero, julho/agosto, 1990). A iniciativa é, realmente, grandiosa e emergente, na medida em que atualmente (aliás, desde muito tempo) não se tem valorizado nem tampouco incentivado a pesquisa e a extensão no âmbito da academia, local por excelência privilegiado da Universidade. Por essa originalidade e incentivo à produção e à divulgação da produção intelectual universitária, venho reafirmar-lhes os cumprimentos pela edição da Revista. Adverso é um novo e grandioso espaço.

GIANCARLA BRUNETTO
Programadora Cultural UFRGS.
Professora de Filosofia —
UNISINOS.

Da Universidade Estadual da Paraíba, o Adverso recebeu a seguinte carta:

Campina Grande, 24 de agosto de 1990.

Parabenizo a direção da ADUFRGS pelo lançamento da revista Adverso, "utopia acalentada por professores da UFRGS" que "registrar, sem censura, críticas e reflexões dos docentes". Com ela o MD se fortalece.

Desejo vida longa à revista, sucesso na gestão da AD e que vençamos as crises da Universidade Pública e Gratuita.

Estarei honrado recebendo os próximos números da revista. Aguardamos um pronunciamento de V. S^a. sobre o assunto, pelo que lhe antecipamos nosso agradecimento.

Atenciosamente, Prof. JOSÉ BENJAMIM PEREIRA FILHO,
Vice-Reitor da UEPB



EXPEDIENTE

ADverso — Revista da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ADUFRGS.

Sede: Av. João Pessoa, 409, 3º andar —
Telefone: (0512) 26.2719.

Periodicidade: Quadrimestral

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º Vice-presidente: Leda Carmen Wulff Gobetti
2º Vice-presidente: Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
1ª Secretária: Ana Maria e Souza Braga
2ª Secretária: Maria Adélia Pinhal de Carlos
1º Tesoureiro: Tiago J. Martins Simões
2º Tesoureiro: Ronaldo Bordin
1º Suplente: Fernando Molinos Pires Filho
2º Suplente: Mário Generosi Brauner

ADVERSO CONSELHO EDITORIAL

Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
Mário Sérgio Vaz Cabeda
Raul Dorfman
Maria Assunta Campilongo
Redação e Edição:
Raquel Ritter Longhi
Reg. nº 5922/23/32 RS
Projeto e Produção Gráfica: Raquel Ritter Longhi, Vit Núñez e Mariceia Benetti
Diagramação: Mariceia Benetti
Ilustrações: Vit Núñez, Nívia Martini, Gélson Radaelli
Charge: Moa
Capa desta edição: Vit Núñez

QUANDO REPLICAR É PRECISO

ZILA BERND *

Os estudos e debates que envolvem a temática do negro, no Brasil, incidem, via de regra, em duas falhas fundamentais: ou recebem um tratamento preconceituoso, ou são apresentados de maneira paternalista. Ambas as formas prestam um desserviço à causa negra, pois, enquanto no primeiro caso, vemos reforçados os estereótipos negativos, origem do racismo, no segundo, vemos a tolerância, a piedade e a xenofilia erigidos em valores absolutos. Quando condenamos as câmaras de gás e as atrocidades cometidas contra os negros na África do Sul não deve ser em nome (ao menos não unicamente!) de tais sentimentos, mas em nome de valores universais que se constroem sobre princípios absolutos como a igualdade de direito de todos os seres humanos ou o caráter inviolável da pessoa humana (Cf. Todorov, T. "Le croisement des cultures", *Communications*, 1986).

Incidem no segundo caso, o artigo publicado no número zero da revista *ADVERSO* (julho/agosto 1990, p. 30), "O Negro na UFRGS (O apartheid é — também — aqui)". O autor do artigo parece ignorar a verdadeira acepção do termo apartheid que significa, como nos ensina o mestre Aurélio, "separação; sistema oficial de segregação racial praticado na África do Sul para proteger a minoria branca". Ora, se é verdade que o mito da "democracia racial" serviu, no Brasil, para mascarar o problema do racismo contra o negro e para acobertar formas insidiosas de preconceito que não ousa-

vam manifestar-se às claras, é também verdade que estamos longe do apartheid.

A UFRGS, como microcosmo da nação, não é nem mais nem menos racista ou preconceituosa que o conjunto da nação brasileira. Logo, afirmar, baseado no "olhômetro" (sic), que existem poucos alunos negros em nossa universidade e ver neste fato um caso de apartheid, constitui-se, no mínimo, em um grave equívoco. Epidermizando a questão, o artigo fabrica um outro mito: o de que é vedado o acesso à universidade apenas aos negros, quando o real problema é outro ainda mais perverso: o acesso à universidade é vedado às classes desfavorecidas, à grande maioria dos brasileiros que pertencem às classes de baixa ou nenhuma renda.

Não param infelizmente aí os absurdos do texto que, referindo-se a determinados professores, cita-os apenas por seus nomes, não vendo necessidade de acrescentar-lhes o epíteto "branco", mas ao referir-se às professoras, lança mão do epíteto "negras", num procedimento exatamente igual ao praticado na África do Sul, onde a minoria branca rotula sistematicamente a maioria negra. Ralph Ellison, em um interessante livro intitulado *The invisible man* (1947), alerta para o fato de que nomear ou reconhecer alguém apenas por aquilo que ela possui de imediatamente verificável (a cor da pele) é torná-la "invisível".

Esta metáfora de invisibilidade, criada por Ellison, é retomada por Erikson

(1976) que, ao estudar a questão racial do ponto de vista de identidade, a interpreta "como uma exigência superlativamente ativa e poderosa de ser visto e ouvido, reconhecido e encarado como um indivíduo com uma opção, em vez de apenas como um homem marcado pelo que é superficialmente visível, isto é, a sua cor".

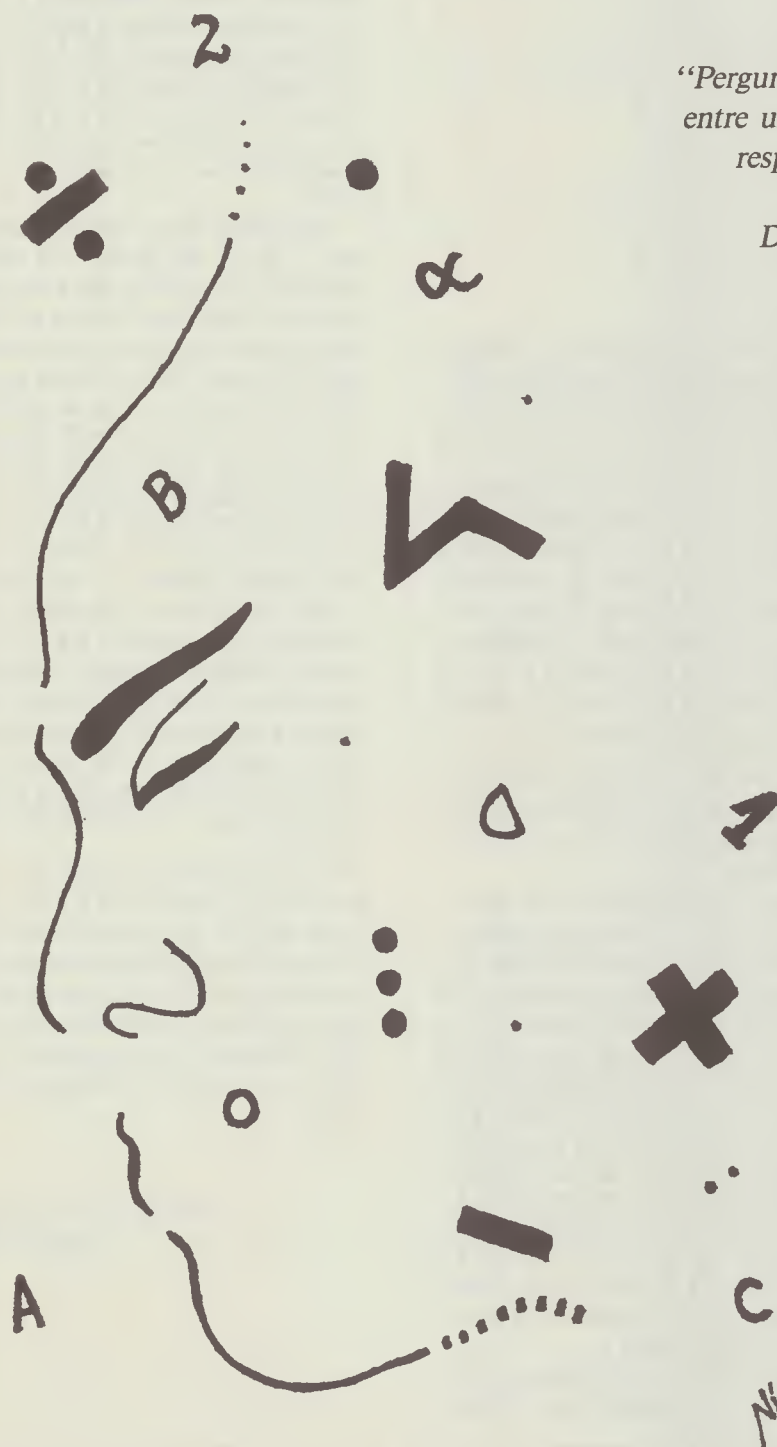
Finalmente, é necessário ainda referir que o autor do artigo "O negro da UFRGS", ao afirmar que a sua iniciativa de convidar participantes da comunidade negra para um de seus seminários significou que "pela primeira vez a Universidade abriu as portas ao movimento negro", revela um profundo desconhecimento do que se faz nesta Universidade.

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Letras e a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul têm desenvolvido um relevante trabalho ao nível da docência e da pesquisa no âmbito dos quais a história, a cultura e a literatura negras têm sido estudadas a partir de enfoques que destacam a participação dos negros como importantes agentes sociais em nosso Estado e em nosso país, procurando resgatar os vazios da historiografia oficial.

Se é verdade que é preciso fazer ainda muito mais, é inaceitável a afirmação do autor de que os estudos sobre o negro "estão quase inteiramente ausentes como preocupações de ensino e pesquisa". Estão aí a provar o contrário farta produção intelectual de nossos docentes, muitos deles de renome nacional e internacional.

* Professora do Instituto de Letras/UFRGS.

A UNIVERSIDADE NA DÉCADA DE 90



“Perguntaram a Aristóteles se havia muita diferença entre uma pessoa educada e outra sem educação; a resposta foi: Tanto quanto os vivos diferem dos mortos”.

Diógenes Laertio: Vida dos Filósofos Ilustres

“Todo es igual, nada es mejor, lo mismo un burro que un gran profesor. No hay aplazados, ni escalafón, los imorales nos han igualado.”

Discépolo: Cambalache

JOSÉ ROBERTO IGLESIAS *

As anunciadas demissões no funcionalismo público e, em particular, nas Universidades Federais são assunto corrente na imprensa nas últimas semanas e, no caso das Universidades, têm sido fundamentadas na sua suposta “ineficiência”, assim como no número aparentemente excessivo de funcionários e professores.

Esses julgamentos, porém, pecam por sua superficialidade. Certamente a Universidade brasileira apresenta falhas diversas, mas a solução das mesmas não

* Professor do Instituto de Física/UFRGS.

passa por demissões indiscriminadas, que agravariam seus defeitos, nem pela sua destruição, que afastaria o país do caminho do desenvolvimento.

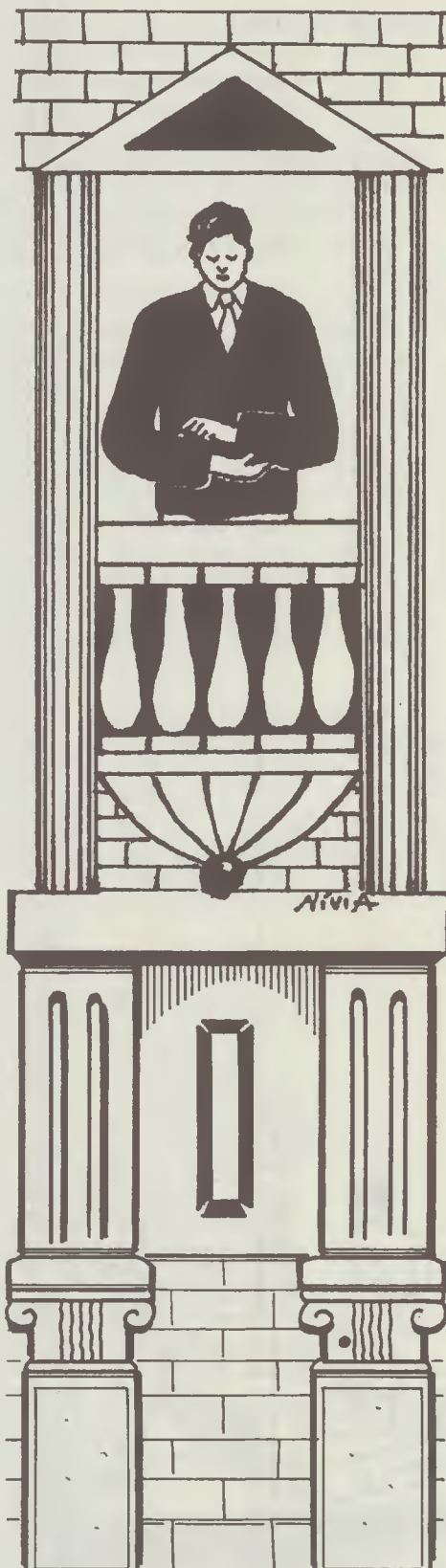
A universidade, por ser o último degrau no caminho da geração e transmissão do conhecimento, tem um papel fundamental na vida do corpo social; é ela que gera ciência, tecnologia e arte, em uma palavra: educação no mais alto nível. Ela é o cérebro crítico e criativo da sociedade. Portanto, não é possível avaliar a universidade pública brasileira sem examinar a fidelidade aos seus objetivos, e sua contribuição à sociedade.

Tentaremos neste artigo discutir brevemente a evolução da universidade brasileira, seus defeitos, suas virtudes e seu futuro.

1. Uma história recente

As universidades públicas brasileiras são relativamente recentes quando comparadas a suas similares européias e mesmo latino-americanas, (todas as universidades brasileiras foram criadas no século XX). Apesar dessa "juventude", desempenham um papel reconhecido no processo educacional, na formação de profissionais e de mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento econômico e social e, nas ciências exatas e naturais, contribuíram significativamente na geração de conhecimento. De fato, o Brasil é o segundo país do Terceiro Mundo, pela sua produção científica, depois da Índia.

Politicamente, pelo contrário, em vez de ser crítica e criativa, de ser uma liderança, a universidade é um espelho da sociedade, refletindo e amplificando os modelos e as relações imperantes. Entravada por uma complexa burocracia, a universidade teve, nestas últimas décadas, um desenvolvimento paralelo com o das outras instituições nacionais e com as práticas políticas dominantes: **tudo aquilo que se critica na Universidade é um reflexo daquilo que de criticável tem a sociedade.** Em compensação, espelha também possíveis aspectos positivos: se até 1984 a universidade conviveu com o regime militar incorporando deste o autoritarismo e a falta de democracia, acom-



panhou seus esforços em termos de desenvolvimento. Por exemplo, os governos militares melhoraram a infra-estrutura de transportes, comunicações e energia, orientados por um modelo econômico interessado na importação de capital, e até criaram uma universidade, a UNICAMP, que deveria servir a esse modelo. Da mesma forma, as universidades cultuaram a eficiência, desenvolveram cursos de pós-graduação de bom nível nas áreas de ciência e tecnologia, incorporaram especialistas trazidos do exterior, enviaram bolsistas a fazer pós-graduação nos centros mais adiantados e construíram uma infra-estrutura significativa: campi, hospitais universitários, laboratórios de pesquisa, etc. Houve dessa forma uma adequação entre o programa militar e a universidade da época.

Essa adequação continuou na fase de transição para a democracia. De fato, por um lado se pretendeu democratizar a universidade nos fatos, mas sem modificar seu regime jurídico; por outro, assumindo as características típicas do governo Sarney, a universidade não teve projeto político nem para a sociedade, nem para ela mesma. O governo da transição se caracterizou por adiar o estudo e a solução dos problemas nacionais o máximo possível; um fenômeno similar foi presenciado nas universidades: após acirradas lutas eleitorais e disputas nos bastidores do Ministério da Educação, os reitores assumiam com o único objetivo aparente de ocupar o cargo, distribuir pró-reitorias e empregos e deixar passar os quatro anos de mandato. Ou seja, **a luta pelo poder na universidade foi uma luta para ocupar o poder, e não para exercê-lo.** Atitude que contribuiu claramente para o desprestígio atual das mesmas.

2. Um presente que alguns querem perene

A ausência de projeto político da administração universitária é só aparente: o não fazer e não deixar fazer é o apogeu do projeto conservador, o imobilismo total. Quando os setores conservadores lutam pelo poder, o objetivo é essencialmente impedir que ele seja atingido

por outros grupos que poderiam fazer alguma mudança. O poder fica, assim, nas mãos de colegiados apáticos e burocratizados, e de um grupo de administradores profissionais que, mesmo quando competentes, não se identificam com os objetivos da universidade.

Cria-se assim uma fratura entre a administração e a comunidade autenticamente universitária: as pessoas que desenvolvem o trabalho cotidiano de ensino, pesquisa e extensão. Essa fratura interna reproduz o relacionamento da universidade com o corpo social em que ela está inserida, e divide a comunidade universitária num "ghetto" que trata de agir profissionalmente, e outros grupos que, espelhando o que acontece a nível nacional, só procuram se beneficiar do poder ou simplesmente, da universidade como emprego público.

O reconhecimento a quem trabalha é quase nulo. As autoridades temem as

pessoas que podem provocar mudanças e, em contrapartida, recompensam a fidelidade, o silêncio complacente e a bajulação dos setores que se opõem a mudanças (para não deixar exposta sua própria incompetência). São as autoridades paternalistas e esses setores corporativistas os que acabam justificando, com sua passividade, as críticas da imprensa e da sociedade.

O paternalismo, unido ao sincretismo que permeia as relações sociais, ou seja a idéia de fundo de que toda ideologia, crença ou filosofia é igualmente verdadeira e/ou falsa, também contribui para a apatia, a indiferença, a descrença e a falta de ética. Se tudo é equivalente, se nada é bom ou mau, não há critérios para decidir, nem padrões para avaliar.

Assim, há funcionários que reivindicam como "natural" uma jornada de trabalho de quatro horas diárias, há pro-

fessores que não dão aula, que só aparecem no início e no fim do semestre; há faculdades onde as aulas são recados colados na porta do elevador. Há, em resumo, professores, funcionários (e estudantes!)⁽¹⁾ que se enquadram na imagem "folclórica" do funcionário público fantasma, e no problema nada folclórico da irresponsabilidade.

E quando a comunidade universitária tenta reagir, não encontra como se opor; as regras são tão moles, tão elásticas, o acesso às informações tão difícil, que toda revolta acaba abafada e amortecida. É mais uma das características do paternalismo: acoberta-se os "protegidos" e as reivindicações de professores, funcionários e alunos são tratadas como queixas ou caprichos de crianças, acalmadas com pequenas concessões ⁽²⁾.

3. A face oculta é a brilhante

Se o exposto acima é real, também é verdade que muitas universidades, e entre elas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS — mostraram nos últimos vinte anos um crescimento constante de qualidade que as projetou nacional e internacionalmente, como geradoras de ciência e tecnologia de nível e mão-de-obra qualificada. Vejam-se, no caso da UFRGS, os centros de excelência em bio-tecnologia, ecologia, informática, física, filosofia, pesquisas hidráulicas, agronomia, medicina e outros. A indústria de informática, as aplicações da bio-tecnologia na agricultura e no controle de doenças, as fibras óticas e comunicações, as refinadas técnicas de transplantes de órgãos, são conhecimentos e tecnologias geradas nas universidades públicas. Esse é o papel da universidade, e não ser uma empresa de lucro, como pretendem alguns setores. É dessa forma que ela influencia o crescimento do Estado e da nação e que exerce uma transfusão constante de conhecimentos e de cultura à sociedade, uma função insubstituível de educação. As universidades não são simples gráficas para impressão de diplomas. Mesmo que algumas assim procedam.

De fato, no discurso de alguns setores de imprensa e governo se mistura, inadvertida ou propositalmente, a "reforma



administrativa” com a destruição da Universidade pública, sua estadualização ou privatização. Trata-se ou de ingenuidade ou de uma tentativa de sabotar o desenvolvimento do Brasil. Não se pode alimentar a ilusão de que as universidades privadas, as gráficas de diplomas, possam ter um papel relevante nos projetos de desenvolvimento. Proclama-se que elas são mais “eficientes” porque gastam menos e formam mais “profissionais”. Porém a quase totalidade das universidades privadas são simples escolas particulares de terceiro grau; basta dar uma olhada no nível dos egressos, na titulação e carga horária dos seus professores, no fato de algumas até venderem seus diplomas, para conferir que seus objetivos são radicalmente diferentes ⁽³⁾. **É inegável que as únicas instituições de ensino superior que podem receber propriamente o nome de universidade, são as universidades públicas, as federais, as estaduais no caso do Estado de São Paulo, e alguma universidade particular, em determinadas áreas, como a PUC do Rio de Janeiro, mesmo assim sustentada com verbas públicas.**

Portanto, o único caminho para aprimorar a educação superior e a geração de ciência e tecnologia no Brasil passa pela recuperação das universidades públicas.

Certamente esta tarefa não pode ser realizada exclusivamente dentro da Universidade, e nem só por causa da inércia de boa parte da comunidade universitária. A sociedade tem que assumir a responsabilidade pela sua **Universidade**, que é, afinal, um dos órgãos culturais máximos do corpo social, e lutar ativamente pela sua recuperação.

Certamente que a saída para os defeitos aqui apontados não passa pelas demissões indiscriminadas que, muito provavelmente, atingiriam maioritariamente os setores produtivos, gerando a fuga dos elementos mais talentosos para lugares onde seu trabalho seja reconhecido, com o que a degradação da universidade seria total. Bastaria, aliás, exigir que todas as partes, professores, estudantes e funcionários cumprissem responsavelmente suas obrigações, **exigência que deveria ser permanente e não só em períodos de “reformas administrativas”**, para resolver



muitas das situações acima citadas. Também se deve lutar pela capacitação do corpo docente e técnico-administrativo nos setores menos desenvolvidos. Finalmente, a administração deve ser enxuta, eficiente, e trabalhar e prolar dos objetivos da Universidade.

Para finalizar, convém enfatizar que soluções simplórias do tipo “se a Universidade tem problemas o melhor é fechá-la, ou transformá-la em uma escola particular de terceiro grau”, terminariam com qualquer perspectiva de desenvolvimento para o Brasil. Aliás, uma decisão desse tipo seria particularmente absurda. Países desenvolvidos, como U.S.A., França ou Japão, reconhecem que a liderança econômica e tecnológica — que estão associadas — só pode se sustentar numa sólida educação, e investem em preservar e melhorar seu sistema educativo e suas universidades. Desativar a Universidade seria uma forma de manter congelada a situação do Brasil atual, sua miséria, sua fome, sua falta de moradia, de saúde e de educação. Mesmo sem desativá-la, sem investimento na universidade, podem-se esquecer as esperanças de um país mais desenvolvido, mais equilibrado, mais justo, mais ético: mais humano, na próxima década e no próximo século.

1. De fato, no sistema atual, o estágio mais duro da vida do universitário é o ingresso na Universidade: o vestibular. Depois do vestibular, em algumas faculdades, uma estrutura paternalista, prolongação do ensino de primeiro e segundo graus, assegura a formatura em mais ou menos tempo. Uma Universidade eficiente e de bom nível exigiria do aluno um esforço que uma parcela significativa não parece disposta a assumir.

2. Um outro exemplo claro de relacionamento paternalista pode ser encontrado nas últimas greves dos professores do Estado, lideradas pelo CPERGS, onde os professores adotam um comportamento infantil: toque de sinetas, fantasias carnavalescas, agressões, linguagem pouco acadêmica — e o Governo assume o papel do pai repressor, fazendo mil ameaças que, como bom pai, nunca chega a cumprir.

3. Confundir os objetivos das Universidades Públicas com as particulares pode levar a erros trágicos, como os cometidos na Inglaterra, onde a Universidade foi praticamente destruída, erros que levam muitos anos para serem consertados.

A PALAVRA E SEU *DUPLO*



RAUL DORFMAN*

O simbólico sempre fascinou e intrigou os homens (e as mulheres também) desde que o mundo se deu conta que vivia por conta própria.

O primeiro registro histórico da ação avassaladora do simbólico é a maçã da Eva. Ao comê-la, Adão iniciou sem saber a luta dos sem-terras.

Música, escultura e pintura são algumas expressões simbólicas e concretas, muitas vezes inexplicáveis ou imperceptíveis, que através da audição, do tato ou da visão vão mexer lá no porão da nossa cabecinha. Veja lá a “Carmem” de Bizet, a “Monalisa” e a “Vênus de Milo”. Esta característica de duplo sentido do simbólico tem sido usada e abusada por alguns espertinhos ao longo dos tempos, com fins políticos, comerciais, amorosos e outros impublicáveis.

Mas o que fascina mesmo é o simbólico do discurso, o som e o dom da palavra. A palavra empolga, aplaca, excita, adormece, exalta e engana. Diz e não diz: ame-o ou deixe-o; isto faz um bem; é dando que se recebe; é vencer ou vencer; aiô, Silver.

* Professor no Instituto de Pesquisas Hidráulicas/UFRGS.

Na linha do diplomático, do “é-isto-mas-também-pode-ser-aquilo”, temos alguns notáveis profissionais da palavra: ministros de Estado, Toniolo, reitoráveis, alunos em sabatina, Juma, políticos do leste europeu, editorialistas de jornal monopolista, candidatos a cargo eletivo, Lazzaroni. O que eles dizem, não se assina embaixo...

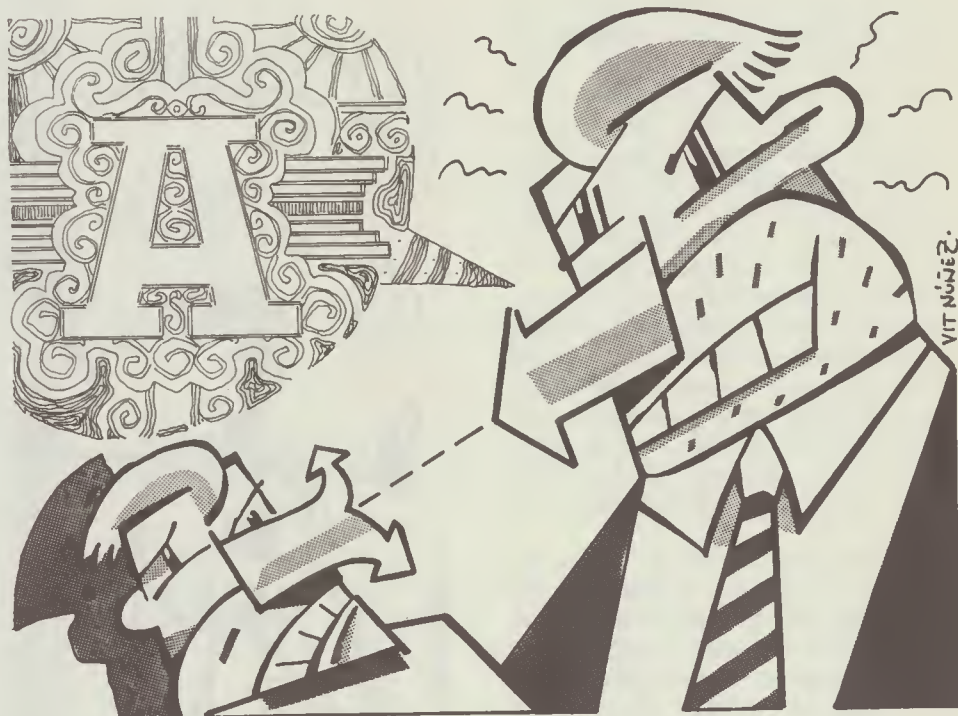
Vemos hoje, com uma frequência bem maior do que seria considerado uma coincidência, elementos oriundos de ditaduras e apoiadores dos ditadores passados e presentes como arautos dos descamisados. Eles acusam, são moralistas, são reformadores, são sacrossantos: sua palavra é a lei e a lei, seja ela qual for, se extingue na sua vontade. São porta-vozes e autores do “discurso competente”, ocupam os “espaços oficiais”. Sua fala começa com um dos seguintes modelos: Isto não é científico; Temos que moralizar a coisa pública; Vamos relocalar o Brasil no seu devido lugar; Não me submeto a esquemas, Shazam!

Frases dúbias, cujo autor lhes confere autoridade, subprodutos do autoritarismo. As palavras e seu duplo, nem tão famosas como as duplas Sansão e Dalila, Romeu e Julieta, Batman e Robin, Tarzan e Chita, Fernando e Rosane, Caco e Miss Piggy.

Alguém, antes de mim, disse que “a prática é o critério da verdade”. Vejamos um pouco desta prática no discurso acerca do ensino e da universidade, que, aliás, se entrelaçam no social.

O ensino democrático e competente, para um certo grupo de pessoas ungidas pelo poder da grana, é o ensino pago. Quanto ao ensino estatal, que seria da responsabilidade orçamentária do Estado, ou seja, pública e gratuita, este é propalado com incompetente, ineficiente e caro. Sic...

Vejam que este discurso vem não somente de gente de fora do Estado, ou seja, da atividade privada, mas prolifera também entre funcionários do Estado, sejam eles permanentes ou que estejam em cargos de confiança. Vem de um ex-vice-reitor, agora Ministro, vem de um ex-reitor, agora Presidente de Conselho. Aliás, parece que a palavra de um professor não basta. Bastou José chamar Ja-



cob que este, incontinentemente, desreitorou-se, aposentou-se e apresentou-se Para a Reconstrução Nacional.

A memória da história, no entanto, é implacável. Tu mentes, ele engana, nós somos engabelados, mas isto não é “ad aeternum”. Arranjos, acordos, trambiques e maracutaia foram organizados em nome da eficiência por alguns destes brilhantes sábios, tendo resultado na comercialização do saber e na vulgarização da técnica, desembocando no poder de lockout das escolas particulares de qualquer grau, para valorizar seu produto: a lei da oferta e da procura na educação! Como se ensino e cultura fossem produtos de luxo, supérfluos: tem grana, leva.

Se o modelo fosse mesmo eficiente, teríamos hoje profissionais bem pagos nas escolas particulares, pesquisa e desenvolvimento científico de primeira classe. Mas o que vemos é que apenas um instituto de uma universidade federal produz mais em um ano que toda a produção de uma importante universidade privada em 10 anos. Greves nas universidades privadas, são uma tônica monótona e anual. Claro, dizem aquelas pessoas sábias, são in-

divíduos que estão contra a estabilização econômica, são inocentes manipulados pelos agentes do PT, subvencionados pelo Sionismo Internacional. Mas isto é no lado competente.

Do lado de cá, baixos salários, falta ou desaparecimento dos laboratórios e salas de aulas, material didático e bibliográfico precário é a parte que nos cabe neste latifúndio.

O duplo sentido do discurso pomposo é sua docilidade a um modelo econômico cruel, travestido de liberal. Sua mais destacada representante no atual momento histórico, saída de quatrocentona escola paulista de economia, anuncia em cadeia nacional, sob o patrocínio involuntário dos descamisados, com uma carinha compenetrada e vozinha rouquinha, da concessão de um abono provisorio, depois de um longo período de congelamento salarial (viva a livre negociação: tu pedes, ele nega. Tudo democrática e livremente), na fabulosa quantia de 35 dólares. Em uma só vez. Tudo numa única bolada. Bem bolada, esta do abono.

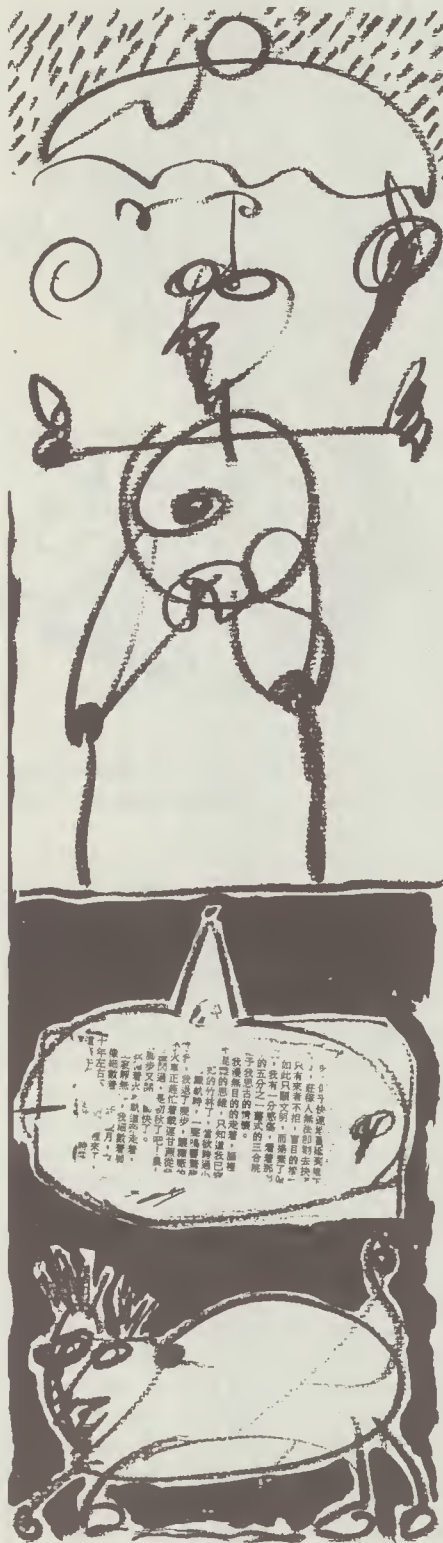
Comentando sobre a generosa concessão (concessão não é o duplo de livre negociação), disse ela e “eles” repetem, coisas de fazer Keynes, Ricardo, Adam Smith e o velho Marx chacoalhar os ossos em suas tumbas: (a) “Não podemos indexar os salários porque isto cria expectativas inflacionárias”; (b) “Qualquer concessão de abono é apenas corretiva, pois a inflação já foi controlada”; (c) “O abono previsto para agosto atingirá até 83% dos trabalhadores ativos do Brasil” (ou seja, quatro em cada cinco cidadãos ativos no Brasil vivem com menos de 300 dólares por mês o que, convenhamos, não deveria dar orgulho a nenhum cidadão com um mínimo de amor ao próximo, prá não dizer espírito de justiça, muito menos um Ministro de Estado...)

Eu trabalhava este artigo quando um lamentável episódio ocorreu no dia 8/8/90, na praça da Matriz, sede dos poderes gaúchos: um grupo de colonos sem-terra, “armados de foices e pedras” (versão oficial) foi “retirado” da praça por um batalhão de 400 soldados. Do episódio, resultou um cidadão morto e cerca de 70 feridos.

O duplo do episódio foi que **nenhuma** “autoridade” reconheceu que a situação do Brasil está no rumo completamente errado, que o modelo social vigente é concentrador de renda e distribuidor de violência e miséria.

Aliás, responderam: a resposta foi que os agricultores foram usados para fins políticos! O cinismo desta gente foi buscar, num moralismo hediondo e perverso, um motivo trivial para ocultar as mazelas do seu tão decantado neoliberalismo. A violência, tanto policial como de comentaristas políticos e repórteres que se seguiu ao episódio da Praça da Matriz, foi algo nunca visto nos últimos 25 anos em Porto Alegre. Dezenas de pessoas feridas, até baleadas e mutiladas, eram literalmente jogadas no pátio do Pronco Socorro Municipal.

No bojo desta crise nacional de arrocho salarial, desemprego, recessão, aumento da mortalidade infantil, lá vamos nós, os docentes das IFES, a tentar a recomposição salarial aos níveis de antes do Brasil Novo, já que, sem nenhum duplo, nossos salários adquirem hoje me-



nos da metade do que podíamos em março/89. Estas lutas salariais são antigas e repetitivas. Desvelam o duplo da profissão docente: mais um trabalhador buscando justiça social. Porém, entronizados por estes moralistas exóticos que nos pedem para exercer um tal sacerdócio, isto é, castidade e voto de pobreza.

Na década de 70, do chamado “milagre econômico brasileiro”, a palavra de ordem era “vamos fazer crescer o bolo, depois dividir”. Pois bem, o imenso porta-voz daquela escola foi substituído por uma apaixonada donzela que defende agora a recessão como antídoto da inflação.

Ao gordo e à donzela, da mesma escola econômica (a socialização da miséria), cabe indagar, como um menininho curioso: Cadê o bolo?/O gato comeu!/Deve estar em algum importante posto público ou firma privada. O duplo de “crescer o bolo” era, na década de 70, “socialização da miséria”. E o combate a inflação é feito a cassetadas, gás lacrimogêneo e cadáveres.

Se a inflação está contida, não há nenhuma razão lógica que impeça a indexação de salários. O fato concreto é que a livre negociação (boa prás Europas e Américas do Norte), o sindicalismo de resultados (bom prá Polônia do Lech Wałęsa) e a perestroika (do Gorbachev) parecem não funcionar do lado de baixo do Equador.

Como a algumas das conclusões acima se chega estudando e pesquisando num ambiente livre de ideologia oficial e como este ambiente é construído numa escola democrática onde o embate de idéias é a fonte da inspiração, este tipo de instituição não serve. Em nenhum lugar do mundo, em nenhum regime que não o permita: por isto o muro caiu...

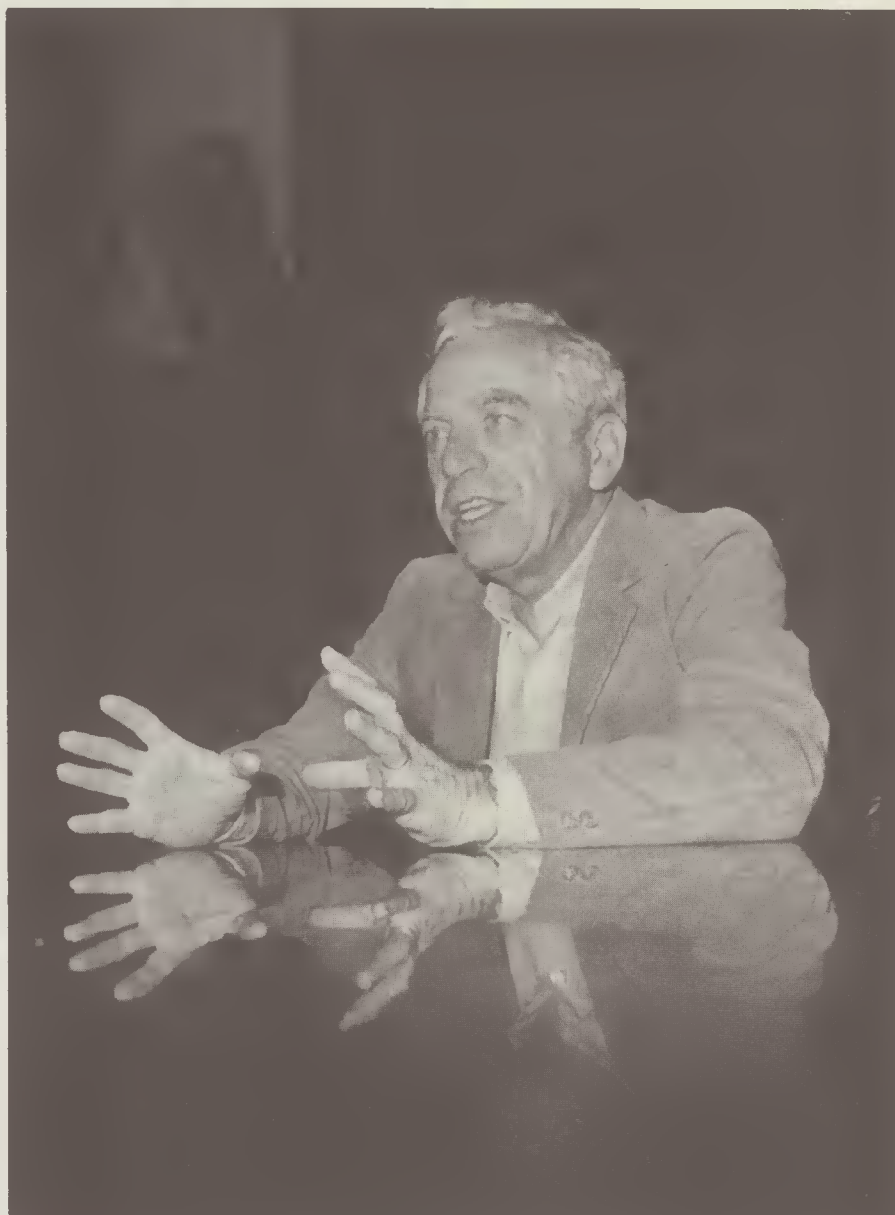
“Veja ilustre companheiro/que belo tipo faceiro/o senhor tem ao seu lado//No entanto, acredite/quase morreu de democratite/Salvou-o a iniciativa privada (Créditos para o Rum Creosotado)//.

Em tempo: Devo confessar minha limitação teórica, ou como diria Vovô Abraão, “eu desistir”: não conseguir achar o duplo de imexível...”

A Universidade tem um compromisso com a ética e com a modernidade, na opinião do economista e ex-professor da UFRGS, Cláudio Accurso. Um compromisso com a ética, uma vez que a Universidade não foi capaz de preparar quadros para as utopias, os sonhos e a ética. E um compromisso com a modernidade, porque tem o desafio de construir uma nova sociedade, criando um saber novo e um homem novo.

Cláudio Accurso foi entrevistado pelo **ADverso** na Faculdade de Economia da UFRGS, onde lecionou de 1959 a 1964, e de 1980 a 1987.

Formado pela UFRGS, com pós-graduação na Escolatina — Escola Latino-Americana da Universidade do Chile, Accurso especializou-se em Desenvolvimento Econômico. Cursou ainda Programação Econômica, pelo CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina, e fez missões pelas Nações Unidas no Peru e na Bolívia. Cassado pelo regime



CLÁUDIO ACCURSO

*Governo é investidura.
Poder é faculdade.*

militar, ficou fora da Universidade de 64 a 80, quando criou a Planisul, empresa de consultoria que chegou a ser uma das dez maiores do Brasil. Em 1987, aposentado da UFRGS, assume a Secretaria de Estado do Planejamento. No momento, atua no Conselho Estadual de Educação, e prepara um livro sobre Modernização do Estado, assunto que já desenvolveu em dois amplos artigos, um dos quais será publicado pelo ADverso posteriormente.

Participaram desta entrevista os membros do Conselho Editorial do ADverso, professores Mário Sérgio Vaz Cabeda, Maria Assunta Campilongo e Raul Dorfman e a jornalista Raquel Ritter Longhi.

CABEDA — Podes falar sobre a atividade mais importante que atualmente desenvolves?

ACCURSO — Estou produzindo, e digo isso em primeira mão, um trabalho sobre modernização do Estado. Até agora, cientistas e técnicos brasileiros não foram capazes de conceber a questão da modernização. A modernização está sendo vista de uma forma medíocre por esta reforma administrativa que se resume a podas, fusões, vendas patrimoniais e a botar gente para a rua. Isso não altera em nada as relações fundamentais, a eficiência, os custos e coisa nenhuma. Por nenhum lado essa reforma incorpora processos novos de trabalho. O estado terceiro-mundista, como é o Brasil, tem que produzir papéis importantíssimos e não adianta querer tirá-

lo da história. Ele não vai sair, mas vai ter que se modernizar. E este estado que não responde mais, passou a ser realmente um obstáculo à modernização da sociedade.

CABEDA — Este trabalho alimenta-se em tua recente experiência como Secretário de Estado?

ACCURSO — Correto. Eu tive dois anos de Secretaria de Planejamento, mas sempre estive muito dentro do setor público, depois saí e vivi muitos anos como consultor. Mas o consultor no Brasil vive do setor público, porque o setor privado usa pouca consultoria. Voltei ao setor público quando voltei à Universidade, em 80. Sempre vivi no setor público, tanto que ser secretário não me acrescentou nada em termos de conhecimento. Enriqueci minha experiência do ponto de vista de como funciona a decisão no estado. Tem-se a ilusão que alguém senta numa cadeira de Secretário e que aquelas alavancas do painel que te colocam à frente mexem engrenagens. Não mexem engrenagem nenhuma, porque é só alavanca, não tem engrenagem embaixo. É a coisa mais estéril que se pode imaginar. E aí se descobre claramente a diferença entre governo e poder. O que te dão é governo, não é poder. Eu nunca tinha sentido isso. Achava que as decisões não se faziam, ou, se eram feitas, não havia consequência, porque as pessoas não queriam. Na verdade, não é isso. A verdade é que uma coisa é governo, outra é poder. Governo é investidura, poder é faculdade. O sujeito pode estar investido sem ter a faculdade, e pode ter a faculdade sem ter a investidura. É o caso do poder econômico, que não está investido formalmente e, no entanto, manda, tem a faculdade de fazer ou não fazer. Às vezes, há setores do governo que conseguem realizar certas coisas, e enriqueci a experiência sob este aspecto. Tive uma vivência muito grande, desde a formulação do plano, alimentando a esperança que as formulações e as discussões pudessem desencadear e efetivar ações de uma certa envergadura, de uma certa qualidade, de uma

certa natureza nova. Foi o grande sonho que o PMDB trouxe, de democracia. Achava-se que a grande frente que era o PMDB, era também um grande instrumento para redemocratizar o país e para começar os avanços sociais no Brasil. A história mostrou que não foi assim. Ele foi um instrumento para democratizar o país e não foi coisa nenhuma para dar um avanço no campo social. O estado brasileiro foi eficiente quando se tratou de construir obras. Até usina atômica o estado fez, imagine-se como ele é eficiente nesse campo. Faz estradas, pontes, energia, faz tudo. Agora, quando chega na hora de avanço social, não faz nada, e tudo que se começa de social neste país tem a duração das flores. Fazer obra não mexe em relação social, é uma questão de caixa e apetites. Agora, mexer em relações sociais, não é assim. Isto requer poder. Não basta simples investidura. Então, essa minha passagem pela Secretaria foi uma experiência muito rica, até porque eu tinha muito trânsito com as pessoas. Mas não é nem uma questão de ter trânsito ou não ter. É outra coisa, muito mais profunda. A experiência foi boa, só que eu não ia passar quatro anos fazendo o que não queria. Dois foram suficientes, pois aprendi com rapidez.

ASSUNTA — Como formulas, então, o conceito de modernização do estado em teu trabalho?

ACCURSO — Acho que o estado tem que passar primeiro por uma modernização no seu interior e, depois, a gente repensa o estado enquanto papéis. Aliás, temos que pensar isso junto, pois não se pode isolar tanto as coisas. Mas, primeiro, tem que mudar intestinalmente o estado, para que efetivamente possa cumprir funções históricas. Meu trabalho é agora mais sobre a questão interna. Em primeiro lugar, o que tem que ser resolvido é a definição de abrangência do estado, porque ela define o financiamento do estado, ou seja, define em última aná-

*Tudo que se começa de
social neste país tem a
duração das flores.*

lise a carga tributária que o estado tem que impôr. Não é possível não discutir a abrangência do estado e não discutir o financiamento do setor público. Aí acontece que vai degringolando tudo. Os serviços públicos brasileiros hoje estão uma calamidade, e não eram! Nós não fomos nem capazes de preservar os padrões que produzimos. Em educação, então, é fantástico. Saúde é outro exemplo. E agora, até infra-estrutura! O asfalto virou areia. Estamos voltando a estradas de areia, depois de termos montado uma rede de milhares de quilômetros de asfalto. E não adianta dizer que o estado vai crescer, quando não cresce o financiamento, não cresce o suporte básico que vai alimentar a abrangência, o que a transforma em apenas abrangência nominal. Em vez de atender 10 milhões de pessoas, vou atender 15 milhões, mas atendo muito pior do que atendia aqueles 10 milhões.

Em segundo lugar, temos que definir as formas operacionais, novas formas institucionais de operar o estado. Por exemplo, para início de conversa temos que rever o conceito de "público". Nós, por "público" entendemos o "estatal". Ora, público é o que não tem preço, é o que é de livre acesso à população. Isto é ser "público". Eu posso ser um médico privado prestando serviço público. Como não vemos a coisa assim, começamos a nos meter em uma complicação de natureza institucional. Não se precisa fazer de tudo o que é público, estatal. Aí, entramos num beco que não tem saída, porque o estatal, no Brasil, virou um caos. Vamos ter que mudar.

Até porque há coisas que são estatais e não são públicas. São bens que têm preço, e bens que têm preço são bens que discriminam. Então, não são públicos. Público, sendo o que é de livre acesso à população, pode ser estatal ou não. A previdência social européia é via privada, e é pública.

E das mais públicas que se pode imaginar, pela abrangência que tem. Chega-se a ter atendimento em casa. O estado não montou máquina para fazer isso, mas financia o custo e não tem preço. Esse é o bem público, é o bem se preço. Não importa que tenha custo. Claro que isso se resolve através de políticas de financiamento do estado, já que há custo. A importância de novas formas operacionais é para começar a romper estruturas que já não levam a lugar nenhum, esta estrutura ruim do estado que aí está. Isso é fundamental para contar com alternativas que hoje não temos. E é muito difícil romper com este estado e com a máquina estatal. Eu acho que a Universidade é um bom exemplo. Nós chegamos a um estado de coisas no Brasil em que a questão não é só mais recursos. É que as pessoas se acomodaram, os critérios são aqueles, os valores são aqueles, as visões de mundo são aquelas e não adianta. Botem os recursos do mundo que quiserem e não se altera mais o quadro. É a mesma situação, mais cara.

A terceira questão é a modernização de processos de trabalho e a mudança de técnicas de trabalho, elevando a produtividade do agente que trabalha. Atualizar tecnologicamente o setor público. Assim como um banco se atualiza na prestação de serviços, o setor público também tem que se atualizar. Hoje uma pessoa entra com um processo de aposentadoria e o processo tramita um ano. Aí dizem que se precisa de recursos. Prá que, se temos a clara consciência que botar mais recursos é um risco tremendo e uma injustiça para com a sociedade que não tem o que comer? Como se vai botar mais recursos numa máquina que não tem eficiência, que não tem controle, que não tem indicadores de nada, nem do que faz, nem do que custa? Então, tem que haver a modernização no sentido tecnológico.

CABEDA — E as relações de trabalho, como ficam?

ACCURSO — Há que se modificar, concomitantemente, as relações de tra-

balho. As relações de trabalho dominantes no setor público têm duas características fundamentais, a estabilidade e a carreira. São dois critérios de natureza administrativa não econômica, e penso que temos que introduzir medidas e controles econômicos, ou seja, a relação custo-benefício das coisas. A estabilidade foi pensada em resposta a um momento histórico, para preservar o funcionário público, o agente do serviço público da sanha política, da perseguição, da ditadura enfim. Mesmo assim, quando quisessem botar para a rua, botaram. E a carreira foi para dar um ordenamento nos quadros de pessoal. Mas o que acontece? Com uma redução permanente de salário, que é a única coisa constante na política brasileira, qual foi a reação do agente? Fez com que o tempo em que deveria estar trabalhando, ou virasse ócio, ou passou a mercadejar com ele. Passou a buscar fora o que dele tiraram. Só que isso não foi num dia, nem em dois, nem em três. Foram anos e anos. Terminou por cristalizar atitudes. Um ato de defesa plasmou uma postura. Na atividade privada também se reduziu salário, só que lá o sujeito está exposto ao custo e à competição. Não tem jeito, o salário tem necessariamente contrapartida em bens e serviços. Na administração pública, ao longo dos anos, o servidor foi-se afastando do objeto de trabalho e, conseqüentemente, deixou de produzir cada vez mais bens de serviços, sem qualquer contrapartida pelo salário recebido. Isto também significou uma outra coisa, uma situação de gerar dentro do setor público uma espécie de renda, ou

*Fazer obra não mexe em
relações sociais. É uma
questão de caixa e
apetites.*

quase-renda. A renda é uma remuneração decorrente de patrimônio. A renda da terra, a renda da casa, etc. O setor público, em boa parte, passou a ter renda também.

ASSUNTA — De que forma?

ACCURSO — Há salários na administração pública que nada têm a ver com produtividade. Os altos salários da administração pública, da Justiça, do Legislativo, dos altos assessores, etc, não têm nada que ver com produtividade. Não existe nenhum sistema no mundo em que alguém seja vinte ou trinta vezes mais produtivo que outro. Tomemos a distribuição de renda nos Estados Unidos e veremos que entre os mais pobres e os mais ricos, a diferença é de 7,7. No Brasil é de 50 ou mais. É isso produtividade? Isso é privilégio. Significa que, na remuneração que o sujeito recebe, uma parte pode ser salário, se tiver contrapartida em bens e serviços e, se não tiver, é pura renda. É renda, só que não há patrimônio. O patrimônio foi substituído pelo cargo, e para não haver dúvida, é vitalício. Ninguém tira e ninguém perde. Só que com esse privilégio não se constrói uma sociedade moderna. Isso é uma coisa monárquica, do mundo feudal. O direito divino à renda. Temos que romper com isso porque não tem nada a ver com a sociedade moderna. Por outro lado, a carreira homogeneizou os diversos segmentos. E como se pode homogeneizar as pessoas se elas são tão desiguais em criatividade, empenho, dedicação, trabalho, etc? Quando se homogeneizou, o que aconteceu? Fazendo ou não fazendo ganha-se a mesma coi-

*Redução de salário
é a única coisa
constante na política
brasileira.*

sa, então por que fazer? A administração pública está parada também por causa disso. Ao invés de homogeneizar as pessoas, devemos introduzir no sistema uma diferenciação baseada em produtividade, em criatividade, empenho, dedicação, trabalho. Por que a pessoa que trabalha, que produz artigos, teses, etc, e outro que nada faz ganham o mesmo? Não adianta invocar a ética do trabalho. Ah, a ética do trabalho numa sociedade que surrupia salário do cidadão todos os dias! Isso é ética ou é contrabando ideológico, para o sujeito ter que trabalhar mesmo sem ganhar coisa nenhuma? Que ética é essa? Por que, se é tão importante o trabalho, tem que ser mal remunerado? Agora, se não remuneram e colocam a ética como acicate ao trabalho, que ética é esta? É ética de escravo. Não se pode invocar esta ética. Agora, nós temos que estabelecer diferenciação e modificar a estabilidade e a carreira por uma questão de produtividade, com salários diferenciados de acordo com a dedicação, empenho e capacidade de cada um.

Sintetizando, acho que a modernização, do ponto de vista interno do estado, tem que passar pela definição da abrangência, e aí a questão do financiamento, a questão das formas institucionais de atuar, a questão dos processos de trabalho e a das relações de trabalho. Se não se tocar nisso, não se moderniza nada. Se nós pensamos em produzir processos novos de trabalho e não mudamos as relações de trabalho, qual é o estímulo que as pessoas terão para usar o novo? É claro que não o farão. Aqui mesmo na Universidade, nas repartições públicas, há um mundo de computadores. E daí? A maioria deles virou máquina de escrever.

CABEDA — E o estado diante disso e das enormes desigualdades sociais?

ACCURSO — Vamos pegar uma ponta, para chegar onde eu quero.

*Como homogeneizar as
pessoas se elas são tão
desiguais em criatividade,
dedicação, empenho,
trabalho?*

Diz-se, por exemplo, que a educação brasileira fracassou. Fracassou ou foi um êxito planejado? Se nós atentarmos que o Brasil cresceu tanto quanto os Estados Unidos e o Japão neste último século, podemos dizer, de consciência, que faltou educação no Brasil? Se respondermos que sim, então temos que concluir que educação não serve pra nada. Porque se não precisamos de educação para crescer, precisamos para quê? É claro que não faltou educação. Qual foi a educação de que o Brasil precisou para crescer tanto quanto os outros? Educação da especialização, do mestrado, doutorado, das formações no exterior. Isso que o Brasil tanto teve que está dispensando os quadros que formou, porque não sabe o que fazer com eles. Qual foi a educação que falhou? Muito bem, nós crescemos tanto quanto o Japão e os Estados Unidos, sem partir do mesmo patamar deles, mas com 100 anos de crescimento igual.

Qual é o resultado de uma e das outras sociedades? A sociedade brasileira, depois de 100 anos de crescimento a igual taxa, é uma sociedade melancólica e profundamente triste. Esta tristeza na sociedade brasileira se instalou nos anos 60. O golpe dos anos 60 selou, do ponto de vista institucional, o sonho da sociedade moderna. Veja-se que o modelo urbano-industrial vinha bem até os anos 60. Ali entrou em colapso, esgotou-se.

*A educação brasileira
fracassou. Fracassou ou foi
um êxito planejado?*

Quando retomamos o crescimento, aí por 68, a concepção já era outra. Era de concentração de renda, de abertura da economia para o exterior e de contar com recursos externos a qualquer preço. Era esse o modelo. Nós não fizemos mais questão de incorporar ninguém, de arrumar emprego para a população brasileira, não consideramos mais salário como coisa muito importante. Se dava, dava, se não, ficava pra depois. Foi assim, só que não de forma explícita. Quando se passou a desfrutar de taxas muito elevadas de crescimento, e muitos de nós participamos do progresso daquele momento, houve uma forte incorporação de mão-de-obra, chegando a ser 4% ao ano. Tudo isso não impediu que houvesse concentração de renda no Brasil. É pra ver o que é a plethora de recursos humanos numa sociedade terceiro-mundista. Nós abandonamos, ao meu modo de ver, a idéia de uma sociedade homogênea. Por isso colocamos no lixo a educação. A educação pra crescer não botamos no lixo, mas a educação de massa sim. Se não sabemos o que fazer das massas, por que educá-las? No momento em que abandonamos o grande sonho de criar uma sociedade razoavelmente homogênea, tanto quanto o são as sociedades modernas, abandonamos um estado comprometido com esse sonho. Então o estado pode ser o que está aí, que não dá saúde, educação, não dá nada. Quem disse que ele deveria dar? E se pudessem extirpá-lo da história, o fariam. Mas não podem, pois quem vai ocupar as funções dele?

RAQUEL — As pessoas que lutaram pelas diretas na década de 80, e os que votaram nos avanços sociais e à esquerda nas últimas eleições presidenciais, também não estariam com o mesmo sonho de uma sociedade mais igualitária? Foi a segunda vez que tivemos morto o nosso sonho?

ACCURSO — Acho que o sonho não morreu para todos. É evidente que uma grande parcela do povo brasileiro continua sonhando. Acho até que havia um certo compromisso de largos setores da elite brasileira com esse sonho, mas os anos 60 marcaram definitivamente o abandono do sonho por essa elite. Isto não quer dizer que segmentos importantes no Brasil não continuem sonhando. Mas grande parte das lideranças brasileiras se descomprometeram de tal idéia. É claro que não dizem, porque não vão dizer isto, mas não se mede ninguém pelo que diz, e sim pelo que faz. Na medida em que aceitam a concentração de renda, a inflação cavalgar de 80% ao mês em cima do assalariado, que adianta dizer que querem uma sociedade menos desigual, se fazem tudo para que seja mais desigual? Por que os indicadores sociais brasileiros não avançam? Há alguma força divina impedindo? Não, são decisões de homens, de elites, de lideranças, de segmentos sociais. Então, não adianta dizer que querem, quando mostram cotidianamente e sob os mais diferentes pretextos que não querem.

RAQUEL — E as reformas de base pedidas lá por 60?

ACCURSO — Por 60, quando o modelo entrou em colapso, as massas vieram para a rua exigindo reformas, inclusive a reforma agrária. Qual foi a resposta? Uma ditadura. Quer dizer; as classes dominantes da América Latina e terceiro-mundistas não foram sequer capazes de garantir os mecanismos de poder, que eram mecanismos democráticos. É por aí que se faz a ditadura de classe. Quando se chega a apelar para uma ditadura formal, é porque as massas queriam prosseguir no seu ascenso social. Só que havia que fazer uma porção de mudanças,

e a negativa das mudanças se fez via ditadura. E foi por acaso que se fez a ditadura no Chile, onde pela primeira vez governava um partido socialista, depois de décadas de preparação para o governo? Na Argentina? No Uruguai? No Brasil? Ali era o ponto onde o colapso do modelo daria lugar a uma mudança qualitativa para um novo modelo. Não foi por acaso. Preferiram romper o quadro institucional e impedir que este poder em ascensão se fizesse sentir na esfera decisória da Nação, pra construir algo diferente. Regredimos completamente.

RAUL — Qual é o papel do intelectual, inclusive o que trabalha na Universidade, neste processo todo, junto à massa?

ACCURSO — Em primeiro lugar, não sei se entendemos profundamente a sociedade brasileira. Também não penso em intelectual junto à massa, pois quem deve estar junto à massa são os políticos. O intelectual tem que estar analisando, incorporando os interesses da massa na sua visão de mundo, nas suas propostas. Realmente, não sei se entendemos o terceiro mundo. A adesão de todos a modelos de economia capitalista no terceiro mundo, como caminho para a realização de uma sociedade mais justa, mais homogênea, mais realizadora, não sei de onde saiu isso. As esquerdas terceiro-mundistas que pensavam no socialismo, dele abriram mão, ninguém mais o defende. Quando falam em socialismo, falam no do tipo sueco, mas não no conceito de socialismo. Aí aparecem socialismo moreno e outros, quer dizer, não vem socialismo algum.

Não sei se, intelectuais e pensadores sociais, não ajudamos a alimentar sonhos, na verdade, irrealizáveis. Também não acredito em mudanças significativas pelo voto da titia. Acho que depois da experiência chilena, ninguém mais tem o direito de acreditar que a classe dominante vai sair da história com o voto da titia. O intelectual brasileiro tem que pensar se va-

O intelectual tem que analisar e incorporar os interesses da massa na sua visão de mundo, nas suas propostas.

mos resolver nossos problemas pelos mesmos processos do primeiro mundo. Ocorre que nossos dados históricos, culturais e de valores são completamente diferentes. A nossa origem histórica, por exemplo, é a colonial. Enquanto o mundo estava se organizando para um grande processo de acumulação de capital, estava também organizando a periferia, que agora é o terceiro mundo, para participar do processo de acumulação de capital através de um monstruoso processo de extração, que nada tem a ver com o colonialismo de povoamento norte-americano, canadense, australiano. E para fazer essa extração, montaram-se estruturas, valores e critérios sociais. O mundo brasileiro é um mundo de privilégios, da conquista fácil, do direito particular. A história brasileira são trezentos anos de escravidão e cem de exclusão. A burguesia, que de nacional não tem nada, é a burguesia interna. A burguesia européia e americana, na sua origem, modelou pátrias, modelou nações, porque ela precisava ter pários privados de acumulação. A acumulação deveria ser em pários privados, não em terreno internacional. A burguesia terceiro-mundista acabou modelando o quê? Ela não consegue nem preservar os mercados para ela. Ao contrário, preserva para os outros. Colocamos tudo como burguesia. A burguesia retardatária, periférica, é a mesma burguesia do seu nascedouro? Tem os mesmos compromissos históricos e nacionais que aquela? Tem sentido entender que tudo é a mesma coisa, que tudo é burguesia? Não, não pode ser. O intelectual do terceiro mundo tem o compro-

misso de aprofundar esta discussão. Como pode comparar singelamente os índices do terceiro mundo com os índices de um país com relativa escassez de recursos humanos e concluir pela possibilidade de levar a efeito avanços sociais similares? Se não tivessem emigrado 60 milhões de europeus no século passado, nem tivesse havido

ver superficialidade mais ridícula? Não se pode admitir isso. A dívida que o intelectual tem começa por aí. A dívida do entendimento fácil, superficial, epidérmico, que inspira o político, que inspira as decisões, que inspira tudo, compromete o papel do intelectual, pois se ele pensa assim, os outros vão pensar o quê? E é claro que a Universidade brasileira tem a ver com isso, porque é nela que se elabora o saber, o conhecimento, e dela, no fundo, saem as respostas para a nossa sociedade. A Universidade brasileira tem muito a ver com isso, pois os intelectuais brasileiros saem da Universidade.

Miguel Canabarro



duas guerras mundiais, como seria a situação social dos países desenvolvidos hoje? Por que não se faz um exercício de simulação, via computador, para saber qual o resultado? Seria igual ao que eles têm hoje? E esse fato não inspira o intelectual do terceiro mundo a pensar que aqui não aconteceu nada daquilo e, ao contrário, recebemos uma explosão demográfica dos diabos? Isso não tem nada que ver com o nosso quadro social? É fácil dizer que a luta de classes morreu, que as leis de acumulação mudaram, que a social-democracia que fez a Europa moderna vai fazer a periferia moderna. É tão fácil transplantar tudo isso! Pode ha-

RAUL — Na União Soviética há a Perestroika e na Alemanha o muro caiu. Isso significa que o socialismo acabou e que eles entraram realmente na era do desenvolvimento capitalista?

ACCURSO — A melhor coisa para se entender o que está ocorrendo no mundo socialista é ler o Gorbachev, a Perestroika, a primeira parte do li-

vro. O que é a Perestroika? É reestruturação. Quer-se buscar novas relações dentro do socialismo. Não falam em sair do socialismo, e buscam modos de criar um novo elenco de estímulos à sociedade socialista. No fundo, o que buscam é uma mudança de relações de trabalho, que são relações sociais, de modo que, através delas, se crie um novo chamamento ao engajamento na etapa histórica que eles estão atravessando. O Gorbachev tem uma expressão muito boa: “Nós não queremos privatizar os meios de produção, nós queremos é dar interesse pessoal na produção”. Ele não está propondo voltar para capitalismo nenhum. Está propondo criar uma diferenciação sobre a homogeneidade que eles criaram e que agora não está mais sustentando o sistema, inclusive com a precoce igualação de salários. Isso terminou criando atitudes como as de muitos de nossos funcionários públicos, que, fazendo ou não fazendo, dá no mesmo. E isso começou a parar o sistema. O nosso sistema não chega a parar porque tem o privado que o leva, mas o sistema deles é de relações socialistas de produção, e a atitude predominante começou a parar sua economia. Então, o que está acontecendo não é a falência do socialismo, mas a falência de estímulos que existiram até agora. É esse elenco de estímulos que tem que mudar. E Gorbachev lembra muito bem que isso é uma revolução. É uma revolução, porque é uma nova postura sobre valores, sobre critérios, sobre atitudes, sobre comportamentos, sobre avaliações. E ele pergunta, por que se espantar com isso? Depois da Revolução Francesa, que levou a burguesia ao poder, a França teve mais três, em 1830, 1848 e 1871. A Alemanha fez duas revoluções burguesas, em 1848 e 1918. A Inglaterra fez uma em 1649 e outra em 1688. Lênin dizia que a Revolução Socialista não podia sentar em cima de si. Revolução é, realmente, um processo permanente. O que eles estão tentando fazer é uma revolução, porém sem bala, para evitar a revolução sangrenta que vai haver se eles não fizerem esta.

RAQUEL — Por que dizes isto?

ACCURSO — Porque o dia em que o mundo ocidental entender que eles são fracos, imagine-se o destino da humanidade. A última guerra mundial mostrou para onde é que se dirigiam os apetites de mercado. Era para eles. Se eles não estivessem preparados para enfrentar os seus inimigos na guerra, estariam liquidados e liquidada a idéia do socialismo e a experiência socialista da humanidade. O que eles estão fazendo hoje não é renúncia ao socialismo, mas buscam alcançar uma etapa superior da construção do socialismo em direção ao comunismo, e isto vai ser uma lição ótima para todo o mundo.

RAQUEL — E quanto ao nosso desenvolvimento?

ACCURSO — Quanto a nós, e me incluo inteiramente aí, acho que herdamos um contrabando ideológico profundamente nocivo. Até os anos 30 ou 40, nós, terceiro-mundistas e nós, brasileiros éramos nações rurais. Mais de dois terços de nossa população estava no campo, dele vinha o grosso do nosso PIB e o emprego maior lá estava. Éramos sociedades rurais, em contraste com as sociedades do primeiro mundo, que eram urbano-industriais. Imaginávamos que o dia em que nos tornássemos urbano-industriais, seríamos iguais a eles. Iriamos reproduzir na periferia do sistema a mesma sociedade relativamente homogênea que eles tem. A CEPAL na América Latina, alimentou profundamente esse sonho, porque foi ela que formulou a questão da industrialização. Então, a idéia que estava subjacente é que, uma vez industrializado o país, o resto viria naturalmente. A grande questão era dar o passo de uma sociedade rural e agrícola para uma sociedade urbano-industrial. Isso ocorreu a partir dos anos 30 no Brasil. A Revolução de 30 foi a parteira de um Brasil moderno, de um Brasil urbano que se viria industrializar. Alimentamos essa sonho até o início dos anos 60, quando há a ruptura institucional brasileira. Exatamente nesse momento arquivamos o so-

nho de uma sociedade mais homogênea, só que ninguém disse isso, e eu até mesmo não sei se todo o mundo sabe disso. Mas como é que se pode saber? Pelas atitudes, pela aceitação das coisas, pelos valores que passam a imperar a partir daí. Por exemplo, a história do capitalismo é uma história de redistribuição de renda. Quanto mais avança o processo de acumulação, mais se redistribui a renda. Esta é a história do processo de acumulação. Marx se apavorou com a miséria absoluta, porque o seu laboratório era a primeira metade do século passado, quando a humanidade estava na sua ponta de maior evolução, que era a Europa, a Inglaterra, vivendo a Revolução Industrial, que elevou a produtividade humana de um para cem. Já pensou o que é um homem produzir por cem? Então, estava sobrando gente que era uma loucura na sociedade. Marx olhava para aquilo e pensava quando é que iria se resolver o problema social? Aquela pleitora humana nunca iria ser absorvida. Daí ele concluiu pela miséria absoluta. Depois, a partir da segunda metade do século, começa a coisa a se arrumar botando-se 60 milhões de pessoas para fora da Europa no período entre 1820 e 1920. Num século a Europa bota 60 milhões de pessoas para fora, que vieram povoar a periferia. Então se “limpou” aquele excedente demográfico monstruoso, existente em função das mudanças da revolução industrial. A partir daí, o exército de reserva que permaneceu não foi capaz de impedir os progressos sociais. Claro, funcionava como freio necessário para ir regulando como se distribuía o excedente entre lucro e salário. Além disso, não obstante essa “limpeza” de 60 milhões, neste século se “limpou” novamente a pleitora humana com duas guerras mundiais, fantásticas do ponto de vista de perdas humanas. Só a União Soviética perdeu 20 milhões de pessoas nesta segunda guerra. Então, com isso, a Europa “limpou” o excedente demográfico e acertou razoavelmente os recursos humanos disponíveis com as necessidades de acumulação. Por is-

so é que o desenvolvimento dele se faz com a redistribuição de renda. O coeficiente de concentração começa alto e vai baixando. O Brasil está com coeficiente 0,62, se não for mais. Perde para os americanos, que estão com 0,45, e para os socialistas, com 0,32.

CABEDA — E a experiência no terceiro mundo?

ACCURSO — No terceiro mundo não tivemos nenhuma “limpeza” e ganhamos de presente a explosão demográfica, a queda da taxa de mortalidade, mantendo a da natalidade alta. A explosão demográfica se faz no terceiro mundo, só que nosso padrão de acumulação é o mesmo deles, do ponto de vista do poupador de mão-de-obra, um pouco mais defasado, mas é a mesma função de produção. Até porque vem tudo de lá. Só que estamos fazendo um processo de acumulação num país de excedente de mão-de-obra. O BNDES tem uma projeção para o final desta década e estima um terço da força de trabalho brasileira fora do mercado. Isso significa que cada dois empregados terão um nas costas. Eu quero ver resolver o problema dos que estão fora do mercado de trabalho e manter salário dos que estão dentro. Este é o desenho da sociedade brasileira e da terceiro-mundista. Olhe-se a concentração de renda no Brasil. Quanto mais o país avança, maior a concentração. É o contrário da história dos outros. Em pleno “milagre” econômico, com taxas fantásticas de crescimento, de 10 a 13%, coisa que não vamos encontrar em nenhum outro país, em nenhum momento da história, começamos a década de 70 com 0,57 de coeficiente de concentração, coeficiente de Gini, e a terminamos com 0,58. Em 20 anos, de 60 a 80, aumentamos em 130% a nossa produtividade média e reduzimos em 30% o salário mínimo real do país. Como é que se faz tudo isto? Finalmente, qual o contrabando a que me referi? É que pensamos que vamos reproduzir na periferia e sociedade mais homogênea de primeiro mundo. Isso não vai ocorrer. As nossas sociedades estão cada vez

mais bipolarizadas. É aquele negócio da Belíndia, não é? A Índia perde sempre.

ASSUNTA — Pensas que a propalada abertura de mercado e a integração latino-americana são formas de contrabando ideológico da sociedade brasileira e do terceiro mundo?

ACCURSO — Tenho um artigo publicado nos *Temas da Integração Latino-Americana*, que é “A Integração na Periferia”, onde eu demonstro que isto é outro contrabando. Temos que perguntar por que as tentativas anteriores de integração latino-americana não deram certo e por que acreditamos que esta vai dar? O que há de novo agora que não houve antes? Outra pergunta: o que está presente no êxito europeu de integração que não está aqui, ou está? Se as coisas que levaram aos fracassos anteriores estão presentes, como vamos dizer que agora vai dar certo? E se as coisas que respondem pelo sucesso europeu não estiverem aqui, como dizer que vai dar certo? Estas são também dúvidas dos intelectuais? Ora, na Europa a taxa de lucros vem caindo do final dos anos 60 até agora. Para evitar a queda, a primeira coisa que o capitalismo fez foi tentar mudar a apropriação do excedente. Numa linguagem popular, quer dizer mudar a relação do salário na renda nacional. Uma nova apropriação compensaria a taxa de lucro decrescente, e conseguiria manter os investimentos no nível desejado. Mas isso pressupõe que a sociedade aceite a mudança de uso do excedente, ou seja, aceite que a massa de salários na renda nacional caia. Só que a última vez que bateram a carteira dos europeus foi na segunda guerra. Foi a última vez, não vai ter outra. Então, lá não dá pra mudar a apropriação do excedente social. Como não se pode reduzir os salários das suas massas, consegue-se o mesmo com o salário mais baixo do vizinho. Então, a integração passou a ser importante para o processo de acumulação. Aí está também a razão da existência de portugueses, turcos ou gregos no mercado comum europeu. Eles

passam a integrar o mercado de fatores, o que pressiona salário e modifica a taxa de lucro. Mas as razões que levam à integração européia falecem na América Latina e no terceiro mundo. Não há nenhuma razão para esta integração. Evidente que existem razões culturais, sociais, políticas, históricas... mas a única razão a ser considerada é a razão do capital, já que são sociedades capitalistas. E o capital não tem maiores razões para se integrar na América Latina. Volto à questão do contrabando ideológico. É contrabando porque ninguém quer analisar as razões da integração lá e as razões que não vão permitir a integração aqui. Acho que vão haver negócios, alguma infra-estrutura comum, só que integração nenhuma. De mais a mais, temos que passar a definir outras coisas. Nós queremos o que com a integração? Uma nação nova? Ninguém quer responder isto. É a velha história, começar a fazer com as mãos sem resolver as questões na cabeça. Quando se abre a discussão, parece que tudo é possível, se houver boa vontade. Como se o mundo não estivesse submetido às suas leis, aos seus interesses, à sua lógica. Começa-se a propor coisas fora de lógica, só com a lógica doméstica. Se não se faz nenhum esforço para entender o mundo, como é que se pensa em modificá-lo?

RAUL — E os oligopólios, como funcionam nesse processo?

ACCURSO — A economia moderna é uma economia fortemente oligopolizada. Os oligopólios, na Europa por exemplo, incorporam o progresso técnico e as vantagens dessa incorporação são transformadas em lucro. Só a competição obrigaria a transformar mais produtividade em salário. Se não existe competição, ou se a competição é menor, tudo se transforma em lucro. Porém, na Europa, estes ganhos são extremamente policiados pelo avanço social dos trabalhadores. Mesmo num oligopólio, existe a obrigação da transferência, via salário, dos ganhos de produtividade. É claro que não há a transferência total, apenas de

uma parte. Como burlar esse policiamento? A divisão de trabalho não se faz mais em termos de unidades produtivas, se faz em seções. Bote-se uma seção aqui, outra acolá, etc. Por isso é que, se formos nacionalizar uma fábrica dessas, se nacionaliza um fantasma, porque não há produto total ali. O produto total é uma composição de produtos que vêm de diversas partes do mundo. É outra jogada para se desvencilhar dos controles sociais. Então, a integração tem dois papéis: primeiro, contar com salários mais baixos sem reduzir salários, podendo até aumentar os que estão mais baixos. Qual o problema dos portugueses ganharem mais, se ganham muito menos que os alemães? Então, incorpora-se o português no mercado de fator. Por outro lado, joga o papel de burlar, enquanto for possível, os controles sociais sobre o próprio oligopólio. Isso denuncia um enorme avanço da sociedade.

RAUL — Existem esses controles na América Latina?

ACCURSO — Não há esses controles na América Latina. Aqui se reduz o salário na medida dos interesses privados. Não há limites. Com uma medida provisória se reduzem salários. Que coisa fantástica é isso, e não tiramos lições dessas coisas. Ficamos com a constatação do fato e não examinamos a fundo o que está acontecendo. Em vinte anos, de 60 a 80, foram transferidos 40% da massa do salário real, somente via inflação. De uma massa de salários que era quase 50% da renda nacional, significa transferir quase 20% dessa renda. Isto é igual ao investimento e poupança do país. A poupança e o investimento do país se fez quase que à custa da massa de salários transferida pela inflação. Hoje, no Brasil, a massa de salários representa cerca de 29%, enquanto que é de 41% no México e de 70% nos Estados Unidos.

RAUL — Então, o capital, aqui, não precisa migrar para mudar a apropriação do excedente?

ACCURSO — É sentado que se con-

segue isto, com o auxílio de uma plethora de recursos humanos fantástica. Em cinco anos de “milagre”, nós concentramos a renda! Nunca demandamos tanta mão-de-obra como se demandou naquele momento, ainda assim se concentrou renda. Quando é que vamos desconcentrá-la? São por essas razões, por exemplo, que questiono a experiência europeia para o Brasil como modelo a ser seguido.

RAQUEL — É possível a reforma agrária no Brasil?

ACCURSO — Acho que é possível, embora nunca se saiba que escala esta reforma possa tomar. De maneira geral, no Brasil, o encaminhamento de soluções não guarda escala com os problemas brasileiros. São encaminhamentos puramente nominais. Agora mesmo, o governo anuncia um plano habitacional de 800 mil casas, e o déficit é de dez milhões! A reforma agrária brasileira já deveria ter sido feita nos anos 50, e não era tanto para resolver questões produtivas. Quando se montou um novo sistema de estímulos para o setor agrícola brasileiro, ele cresceu muito. Afirmando que a agricultura cresce a qualquer taxa. Nós tivemos a experiência da soja no Rio Grande do Sul. O caso do frango no Brasil, que crescia 30% ao ano, numa década. Isto mostra que a capacidade de resposta que tem o campo brasileiro é infinita. Então, a reforma agrária não se impunha para resolver questões produtivas. Acho que ela ia resolver uma questão fundamental, a da distribuição de renda. Podíamos ter criado uma estrutura de produção paralela à relação capitalista de produção. Uma estrutura produtiva baseada em pequenas propriedades e na relação de produção pequeno produtor mercantil. Veja se o modelo gaúcho, onde os estratos de até 50 hectares participaram inteiramente da produção da soja e da mecanização do campo, com apenas 5% da força de trabalho assalariado, sendo o restante familiar. Aí está a relação não-capitalista de produção. Se tivéssemos criado a grande estrutura não-capitalista de produção, o que teríamos feito? Teríamos ritma-

do a oferta de trabalho no mercado capitalista, e aí não tinha como concentrar renda. Podíamos ter criado uma sociedade relativamente homogênea, porque tínhamos uma alternativa de dispôr de mão-de-obra na relação não-capitalista. Mas, para isso, teria que se habilitar o trabalhador brasileiro ao acesso à terra. A reforma agrária brasileira teria resolvido a grande questão que temos hoje, que é a da concentração da renda. Podíamos ter posto um grande contingente na relação não-capitalista e deixado que o resto fosse para relação capitalista, mas tínhamos como dosar isto. Assim como os europeus dosaram mi-grando, nós dosaríamos com uma relação de produção diferente, paralela, usando o vazio que era o Brasil. Como não entendemos coisa nenhuma disso tudo, não fizemos esforço naquela direção, até porque as resistências eram enormes, como continuam sendo. Deixamos realmente de fazer uma experiência grandiosa neste país, e, talvez sim, com um traço moderno numa sociedade atrasada, e que nos teria permitido avançar rumo a uma sociedade relativamente homogênea. No meu modo de ver, perdemos o grande momento. Hoje temos cerca de 20% da população no campo. Agora diminuiu o poder de regular um pouco esta oferta. Acontece que o grosso já está nos centros urbanos e nas periferias de miséria desses centros. Essa gente não retorna mais ao campo. Deve-se fazer reforma agrária? Deve-se. Só que perdemos o grande momento da nossa história para fazê-la.

ASSUNTA — Então os governos populistas, desde Vargas até Goulart, foram omissos com o projeto da reforma agrária?

ACCURSO — Tivessem como projeto uma sociedade homogênea, se não tolerassem jamais, ou nas linhas ou nas entrelinhas, uma sociedade heterogênea, bipolarizada, dual, necessariamente o projeto de reforma agrária deveria ter-se constituído em peça essencial de suas políticas, até porque era uma coisa que estava em moda para resolver os problemas de produção.

Contudo, as questões de produção não estavam em pauta, tanto não estavam que, quando se mudaram os estímulos, a agricultura respondeu prontamente. Não era uma questão de estrutura produtiva, mas de estímulos, como crédito, preço e outros instrumentos. Havia uma pista falsa, que era resolver questões de produção, quando o que estava em jogo era a distribuição de renda, que ainda não havia se posto inteiramente como se faz agora. Tivéssemos imaginado uma determinada sociedade e pensado profundamente nela, nas suas relações objetivas, sem nenhum pensamento mágico de que a partir de determinadas coisas iríamos obter as demais, teríamos nos armado para uma grandiosa obra de construção social. O pensamento mágico se expressava, por exemplo, na idéia de que dispendo de indústria, seríamos iguais aos países de vanguarda. Na verdade, o terceiro mundo é um subproduto histórico, não é uma etapa de nada. Isso é outro contrabando. Ele não é uma etapa, é uma sociedade anã. Como o anão, se parece ao adulto normal em traços, em fisiologia. Como o anão, não tem como chegar à estatura normal de um adulto. O terceiro mundo é o que restou do desenvolvimento dos outros.

ASSUNTA — Como entendes as relações entre as grandes propriedades no Rio Grande do Sul e os sem-terras? A emigração seria a solução?

ACCURSO — Há dois tipos de migrantes. Um, é o emigrante típico, que saiu com capital para os outros estados. Nesses meus contatos com outros Secretários de Planejamento, sobretudo com o do Mato Grosso, ouvi que nós criávamos problemas para eles,

porque o nosso emigrante chegava com máquinas e eles não tinham pontes. Era um problema, porque tinham que preparar a infra-estrutura para receber os gaúchos. O emigrante que sai com capital o faz por desequilíbrio de fatores. Ele tem capital mas não tem terra, o que o leva a se compor com terra onde esta esteja disponível. O outro emigrante é o do tipo nordestino, expulso e sem capital. É o proletário rural ou urbano que sobrou da relação assalariada, que no campo não tem vez, nem na cidade. É o filho do pequeno, que não teve mais para onde ir. Esse é como o pobre retirante nordestino, só que aquele vai embora, e o nosso tenta resolver as questões aqui mesmo. Há que se dar acesso à terra a esses produtores, porque eles sabem fazer coisas no campo e não estão preparados para a cidade, até porque nas cidades não há o que fazer. O colono que foi expulso da terra, esse da Praça da Matriz, não tem capital nenhum. Ele tem que ser assentado, porque é incrível que um país continental como o Brasil negue acesso à terra ao seu trabalhador. Olhe-se a experiência japonesa. O estado japonês desapropria a terra do latifundiário, faz a reforma agrária e dá títulos de renda para o latifundiário desapropriado. Depois, tira a medula do camponês assentado, que vai financiar o desenvolvimento. Com os recursos gerados, o estado industrializa o país, cria as empresas e, depois, transforma os títulos agrários, que davam renda, em ações industriais. É por isso que a indústria japonesa começa concentrada, porque concentrada era a terra.

ASSUNTA — Como avalias o papel dos economistas na elaboração dessa diversidade de planos para o Brasil?

ACCURSO — Durante muitos anos, nós todos tivemos uma visão muito técnica, achando que uma boa formulação podia levar a decisões melhores. Eu achava que mostrando e pondo em evidência as coisas fundamentais, o interesse da maioria prevaleceria. Achava que, se às vezes não se tomavam de-

cisões melhores, era porque a própria pauta de decisões não estava arrumada. E as pautas, quem as faz são os profissionais, são os técnicos. Pensava que nosso grande papel era preparar boas pautas, porque tendo boas pautas, as decisões se fariam. Na verdade, isso é uma ilusão, embora não se tenha como fugir disso. Porque não é o técnico que toma as decisões. O que ele pode fazer é elaborar as melhores pautas e tentar insinuar as melhores decisões, segundo o seu ponto de vista. Nunca tive ilusões que se podia fazer muito no Brasil, mas sempre tive ilusões que se podia fazer melhor. Nesse sentido, fazer um plano melhor ou pior não é indiferente. Um plano, ao apresentar diagnósticos que comprometem soluções, passa a ter um forte sentido de denúncia. Isso é bom num país onde não há muita informação, ou esta se apresenta desordenada. Quando se faz um plano, deve-se justificar o que vem depois. Para isto, é necessário mostrar o quadro anterior e o atual, e indicar o que fazer. Se as coisas não se concretizam em nível de decisões, aí é outra coisa. Mas não se diga que não se fez porque não havia proposta. Acho que vai até esse ponto o compromisso do profissional.

RAUL — O Plano Collor é um bom plano econômico?

ACCURSO — Não temos plano econômico. O que está aí é um slogan transformado em política. O que existe objetiva apenas corrigir o processo inflacionário. Tudo o que se falou sobre a modernização da indústria, via abertura do mercado externo, não leva a modernização nenhuma. Leva, apenas, ao controle de preços, que é no que estão interessados. O Brasil não tem cacife para bancar as importações necessárias, para poder compactar preços durante muito tempo. O país está pedindo emprestado para pagar o que deve e não tem capacidade de importar o que bem entende. Neste ponto, entra a qualidade profissional. Jamais proporia uma política dessas. Existem outras saídas. O que não

O terceiro mundo é o que restou do desenvolvimento dos outros.

se pode é comprometer os escassos recursos da economia brasileira. É uma questão de visão econômica.

CABEDA — Em 1984, na greve dos 90 dias, foi realizado um Ato em defesa da Universidade Pública, na Reitoria. Foi a última vez que o professor Ernani Maria Fiori se pronunciou em público, e só tempos depois fui entender o significado de suas palavras. Disse o professor Fiori que aquela Universidade que ali estava não merecia ser defendida, que tinha que ser destruída completamente, e outra Universidade, em outras bases, deveria ser construída. É com esta lembrança dele que te pergunto: e a Universidade, como a vê?

ACCURSO — É meio difícil ver a Universidade fora da sociedade. Quando digo que a educação teve um êxito de um lado e um fracasso de outro, o êxito que teve se deve à Universidade, enquanto taxa de crescimento e criação de segmentos modernos. Atrás disso tem saber, tem técnica, tem profissionais. Jamais o Brasil poderia ter feito o desenvolvimento deste último século sem que a Universidade tivesse correspondido. Temos que considerar tudo isso. Mas a sociedade brasileira que resultou disso é uma sociedade melancólica. Se a Universidade respondeu a um tipo de crescimento que o país teve, ela deve ser julgada, em parte, por estes méritos. Por outro lado, resultou desse crescimento esta sociedade que não queremos. Então, é preciso que agora a Universidade assuma o compromisso de fazer a sociedade que queremos. Talvez esse seja um desafio histórico. A Universidade tem que estar profundamente comprometida com esse projeto de formular, de preparar, de idealizar, de sonhar a sociedade que queremos. Não tenho dúvida nenhuma que este sonho tem que começar na Universidade, porque é lá o lugar mais apropriado para isto. Porque não se trata de um sonho apenas, mas um sonho que deve estar embebido de conhecimento, de ciência, de propostas. Uma das falhas que vejo na Universidade é o fato de ela ser uma casa sem pro-

*A Universidade tem que
estar profundamente
comprometida em
preparar, idealizar e
sonhar a sociedade que
nós queremos.*

postas. A Universidade brasileira tem que estar comprometida com propostas para construir a sociedade que queremos. Por isso, juntamente com os conhecimentos de natureza técnica, os segmentos sociais da Universidade têm que passar por uma revolução muito grande e intensa... Não sei se está certo o pensamento do Professor Fiori, que admiro muito. Até talvez esteja. Mas o que se coloca hoje, para a Universidade, é um compromisso diferente daquele que ela desempenhou até agora. Nós criamos uma sociedade melancólica, cheia de mazelas, mas incomparavelmente superior à sociedade pré-30, à sociedade rural. Para fazer isso, foi preciso de um saber, um conhecimento, profissionais, escultores sociais. Isso a Universidade fez. Agora, nosso desafio é outro. Claro, temos que continuar dando progresso aos segmentos modernizados. Mas o grande desafio é criarmos numa sociedade de terceiro mundo uma sociedade homogênea ou aproximadamente homogênea, onde não existam distâncias inconcebíveis entre cidadãos iguais. Partido não pensa mais. Governo não pensa porque tem varejo, tem manchete, tem clientela, não pode pensar. Quem tem que pensar? Eu lembro da greve dos 90 dias, e tenho daquela greve as melhores recordações da minha vida universitária, porque talvez tenha sido o momento em que conheci mais colegas das demais áreas, quando mais se conversou sobre a sociedade, sobre a universidade, sobre tudo. Nós mesmos talvez não nos tivéssemos conhecido se não fosse aquela greve. Até acho

que devíamos entrar em greve permanentemente, por alguns anos. Tem que suspender as aulas? Suspende! Num mercado que não está absorvendo ninguém, qual é o problema de parar as aulas? Desde que isso sirva para se fazer uma grande e profunda reflexão sobre os compromissos que esta estrutura de saber tem que assumir. Ninguém tem receita para essas coisas. Como é que se encontram alternativas? Dando aula todo o dia, defesas de teses? Não! Parando para abrir um seminário permanente. Tem que dar diploma? Dá de presente o diploma, se é isso o que importa. Total, está dando mesmo, não é? O aluno chega na Universidade por gravidade e sai por gravidade! Em contrapartida, se aproveita a oportunidade para se abrir um espaço de reflexão. O que vejo na Universidade é que ela realmente foi eficiente para uma coisa e absolutamente incapaz de pensar e produzir outra. Acho que ela respondeu historicamente. Respondeu tanto, que o País está mandando gente embora, profissionais otimamente qualificados, gente talentosa que é disputada em qualquer mercado internacional. Mas não foi capaz de preparar quadros para as utopias, os sonhos e a ética. Ética, porque política se faz com utopias e ética. A Universidade não foi capaz de plasmar esse homem, pelo menos contaminá-lo com idéias renovadoras numa sociedade como a brasileira. No fundo, o ensino brasileiro, em todos os graus, tem que começar a criar um rebelde, um indisciplinado, um inconformado. Tudo tem sido feito para se criar um conformado, o que usufrui o mundo. Precisa-

*Uma das falhas da
Universidade, é que ela é
uma casa sem propostas.*

mos do que não usufrua o mundo, que, pelo contrário, procure destruir este mundo para criar um diferente, melhor.

CABEDA — *Aí está o Fiori.*

ACCURSO — É, o Fiori. Se a Universidade tem que ser destruída para criar um instituto novo, que seja destruída. Não vejo nenhuma razão para alimentar uma instituição, uma sociedade que não queremos. Toda instituição que estiver comprometida com a sociedade que não queremos, não serve. Historicamente, ela é velha. Temos que começar a criar as instituições de que precisamos, para ir modelando a sociedade que queremos. E isso começa na formação de quadros, nas propostas, na temática, nas relações profundas com a sociedade em que se vive, e desse enorme e total compromisso com o novo. Não vejo melhor lugar para fazer essa reflexão do que a Universidade e não vejo outra instituição que tenha quadros tão bons quanto a Universidade. O que ela tem de ruim, deve dispensar, o que é muito complicado. O sujeito que baixa o nível, que não produz, que não progride... É tudo professor? Tudo pesquisador? Não pode ser assim. Tem que se romper com esta homogeneização, tem que se criar diferenciação. O bom professor, hoje, vira um operário dentro da Universidade. Todos os alunos o querem, todos querem assistir suas aulas, todos querem ter a sua orientação. Agora, boa parte anda fugindo do aluno como se fugisse de uma epidemia. Não se esforçam pelas aulas, não querem contato com o aluno, não pesquisam, não pensam, e usufruem. Então, pra que se quer essa Universidade? Não, vamos dispensá-los. Aí, eu acho que tem que destruir mesmo, mas também considero que nosso meio acadêmico vem sendo submetido às mesmas degradações de salário e de condições de trabalho, a exemplo dos demais assalariados. Existe um enorme desencanto, uma espécie de tédio, uma espécie de cansaço a respeito da instituição, de suas possibilidades. Mas quando

*O ensino brasileiro tem
que começar a criar um
rebelde, um indisposto, um
inconformado*

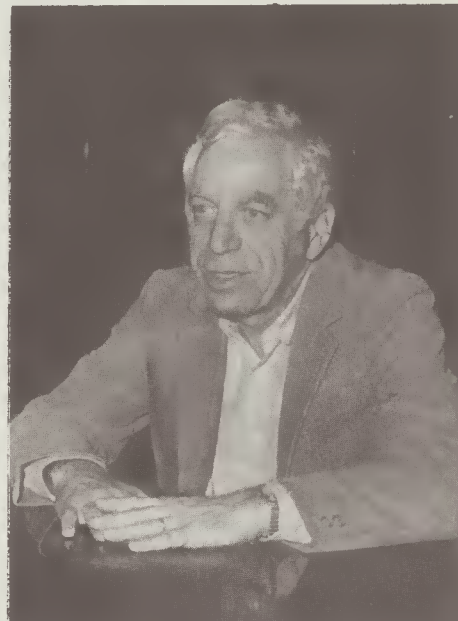
estivermos muito desanimados, temos que olhar os que não comem. Aí está a nossa grande inspiração e visão política. Se não impregnarmos nossas potencialidades de visão política, nada seremos capazes de fazer, porque há um grande convite ao nada fazer. Como temos estabilidade e carreira, estamos com tudo para decretar a nossa inação definitiva. Na verdade, muitos já a decretaram. Então, vejo que o grande convite da Universidade é pensar a sociedade brasileira moderna. Uma sociedade moderna não somente do ponto de vista do desenvolvimento industrial, mas moderna no sentido de sua homogeneização, de oportunidade e de abrangência de benefícios sociais para todos. Moderna em criar um novo homem, um saber novo e em impregnar o mundo com suas novas idéias. Há que mudar a postura frente ao mundo, porque o mundo que aí está é o que não queremos. Afinal, de que Universidade precisamos para fazer o mundo que queremos, já que o mundo que não queremos ela também ajudou a fazer?

RAUL — *Isto é uma das utopias que buscamos?*

ACCURSO — É uma utopia, no melhor sentido. Se perdermos as utopias, será trágico. Se nós não sairmos de casa todos os dias para perseguir um sonho, estamos liquidados! O que nos leva a sair de casa? Apenas ganhar dinheiro? Não, não pode ser! A vida não se pode resumir nisso. Nossos filósofos, nossos técnicos, nosso pessoal

de ciência política, de ciência social, têm que se colocar a serviço de um grande sonho e dos caminhos para realizá-lo.

Miguel Canabarro



*Se nós não sairmos de
casa todos os dias para
perseguirmos um sonho,
estamos liquidados!*

1,5%: VITÓRIA DA COMUNIDADE CIENTÍFICA



Não poderia haver ocasião mais apropriada, nem momento mais específico. O governador Sinval Guazzelli, na abertura da 42ª Reunião Anual da SBPC, dia oito de julho, no Salão de Atos da UFRGS, assinou a Lei Complementar ao artigo 236 da Constituição Estadual, que regulamenta o repasse de 1,5% da receita de impostos do Estado para a Fundação de Amparo à pesquisa do RS-FAPERGS. Com isto, a comunidade científica e tecnológica riograndense teve uma vitória, há muito tempo perseguida. A aprovação do artigo 236 na Constituição Estadual foi o resultado do esforço e das ações de vários setores da comunidade científica e tecnológica, e entre outros, teve a intensa atuação das sociedades científicas, coordenadas pela Secretaria Regional da SBPC junto aos parlamentares que elaboraram a nova carta constitucional. Durante pelo menos doze meses, os pesquisadores travaram variados contatos e realizaram incontáveis reuniões para reivindicar a destinação de verbas estaduais para a Pesquisa e para esclarecer sobre o trabalho e o desenvolvimento da área da Ciência e Tecnologia no Estado.

A FAPERGS existe desde 1964. Sua criação foi inspirada na FAPESP, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, que desde a década de 60 re-

cebe dotação regular de recursos, e por isto é modelo de agência de fomento à pesquisa em C e T para os países em desenvolvimento. Quem conta é o professor Lívio Amaral, do Instituto de Física da UFRGS e membro do grupo de pesquisadores que atuou pela Lei dos 1,5%.

“A proposta levada pela comunidade científica e tecnológica à Constituição Gaúcha foi baseada num modelo que funciona em todo o mundo: recursos regulares para o desenvolvimento de projetos, e que a destinação dos mesmos seja sempre analisada por mérito, de forma autônoma e independente, por especialistas de reconhecida competência em cada área”, comenta Amaral. Esta proposição básica acabou posteriormente aprovada no texto constitucional. No artigo 236, se lê: “O Estado cobrirá as despesas de investimentos e custeio de seus órgãos envolvidos com pesquisa científica e tecnológica e, além disso, destinará a dotação equivalente no mínimo a um e meio por cento de sua receita líquida de impostos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, para aplicação do fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Parágrafo único: Lei Complementar disciplinará as condições e a periodicidade do repasse, bem como o gerenciamento e controle democráticos da dotação prevista no caput”.

“A comunidade científica e tecnológica gaúcha teve um ganho com a regulamentação da Lei, que marca um avanço nas formas de legislação do País” — explica Amaral. Isto porque “contempla o que era um anseio dos pesquisadores: que a aprovação dos recursos fosse feita a partir de exame dos projetos por um grupo idôneo e responsável, e resguarda o próprio Estado quanto ao uso dos recursos”. Isto está expresso no parágrafo 2º da Lei Complementar, que diz: “A avaliação e aprovação dos recursos solicitados à FAPERGS obedecerão exclusivamente ao critério de mérito apurado pela Assessoria Científica integrada por pesquisadores de notória reputação nos termos do seu Estatuto”.

A Lei aprovada traz para o seio da comunidade científica e tecnológica, a preocupação com o crescimento de sua pró-

pria produção, completa o pesquisador. Uma primeira constatação após a regulamentação da Lei comprova isto: cresceu o número de projetos apresentados à FAPERGS. “É a melhor coisa que poderia acontecer — diz Amaral — e que se dá em muitos lugares onde a pesquisa é estimulada: quanto maior solicitação, melhor a qualidade dos projetos aprovados, e o nível cresce. Por exemplo, na medida em que projetos que até agora nunca entraram no circuito comecem a ter pareceres de especialistas, sua qualidade certamente será melhorada”.

Para Lívio Amaral, “precisa haver uma forte demanda, um forte envolvimento dentro da comunidade no próprio processo de seleção e avaliação, e esta necessidade de ser uma coisa absolutamente transparente. Minha expectativa é de que

estavam em andamento, interrompidos. Em 1990, somente 0,2% do PIB brasileiro é destinado à pesquisa. Este tem sido um ano de muita limitação no setor, observa o físico da UFRGS. Com a escassez de recursos, a Universidade, local onde a pesquisa se desenvolve por excelência, também sofre os efeitos. No caso da UFRGS, Amaral salienta que “vários recursos já aprovados ainda não foram liberados, e há muitos projetos interrompidos”.

Por outro lado, Amaral observa que a aprovação da Lei dos 1,5% levanta uma enorme preocupação, pois a presença do Estado no apoio à pesquisa não pode ser entendida como uma substituição ao papel do Governo Federal. “Não se deve retirar do Governo Federal a responsabilidade no fomento à pesquisa” — decla-



cada vez mais se façam projetos, que estes sejam cada vez mais da melhor qualidade e que se exija cada vez mais transparência do processo. O julgamento de mérito significa que projeto nenhum possa sequer ser considerado se não estiver extremamente fundamentado e passível de ser julgado por especialistas da área”.

UNIVERSIDADE = PESQUISA

A conquista dos 1,5%, por um lado, acontece em um momento propício, pois a reforma administrativa que se abate sobre os órgãos públicos não poupou a pesquisa. Muitos Institutos e órgãos estatais foram extintos e inúmeros projetos que

ra. “Os agentes estaduais devem ser, ao contrário, mais um elemento dentre as fontes financeiras. Nossas Fundações de Amparo à Pesquisa deveriam também ter um papel indutor para questões específicas de cada Estado, delineadas na política científica e tecnológica dos órgãos do Governo, sejam elas geográficas, climáticas, do parque industrial, do setor produtivo, etc”. Isto, de acordo com Amaral, porque os volumes de recursos são diferentes e as arrecadações em cada Estado, também. “Os recursos estaduais, para o pesquisador, devem ser, nestes casos, a contrapartida que o Estado coloca em projetos de pesquisa conjuntos com outros agentes de financiamento”.

OS PASSOS ATÉ O 1,5%

Ações da SBPC e o processo Constituinte

Muitos setores da comunidade científica e tecnológica do Estado se mobilizaram a partir do que dispôs a Nova Constituição Federal, para assegurar recursos constantes do Estado para aplicação nestes setores. Entre as ações empreendidas pela presidência e diretoria da FAPERGS — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, Secretaria de Ciência e Tecnologia, CREA — Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, CIENTEC — Centro de Tecnologia do Estado, destacaram-se as iniciativas lideradas pela SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/Regional RS, listadas abaixo:

AGOSTO, 1988 — Programa Ciência às Seis e Meia: debate sobre o financiamento da pesquisa e agências de fomento. Primeiras propostas sobre a FAPERGS.

OUTUBRO, 1988 — Promulgação da Constituição Federal. O Artigo 218, no seu parágrafo 5, assegura: "É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentaria a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica".

JANEIRO, 1989 — Instalado o Regimento Interno da Constituinte Estadual.

MARÇO, 1989 — Instalação das Comissões temáticas.

ABRIL — MAIO, 1989 — Primeiras ações das sociedades científicas junto à Assembléia Constituinte.

— Visitas de deputados da Comissão Temática (Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, Turismo) a grupos de pesquisa, laboratórios e bibliotecas da UFRGS.

— Publicação no Diário da Assembléia dos ante-projetos das Comissões Temáticas, com artigo dispondo de 2% (dois por cento) do orçamento do estado para a FAPERGS para fomento da pesquisa científica e tecnológica.

— Boletins e informes da SBPC sobre o papel e modos de operação das agências de fomento.



— Debates da comunidade de pesquisadores nos campi universitários.

— Publicação do anteprojeto da Comissão de Sistematização, incorporando a proposta da Comissão temática.

JUNHO, 1989 — Publicação, no Diário da Assembléia, do Projeto de Constituição I, mantendo o artigo proposto e difundido pela SBPC.

— Abertura do período de emendas ao Projeto I por iniciativas de deputados, entidades de classe, sindicatos, etc.

— Publicação, no Diário da Assembléia, de 19 emendas aos artigos do capítulo de C e T.

— Participação junto à relatoria da Constituinte assessorando-a na elaboração de pareceres sobre as emendas.

JULHO, 1989 — Início da votação do Projeto de Constituição II.

— Visita de grupo de pesquisadores a lideranças de bancadas, assessorias, coordenações de partidos e deputados para defender as propostas da SBPC.

AGOSTO, 1989 — Elaboração de manifestações e moções de apoio assinadas por professores, pesquisadores, órgãos de pesquisa do Estado, associações científicas e tecnológicas regionais e nacionais, cursos de pós-graduação, conselhos e órgãos universitários, etc, pela manutenção da proposta original (artigo do Projeto I).

— Trabalho de articulação para fusão das emendas com parecer favorável da relatoria.

— Aprovação pelo plenário da Constituinte (46 votos a favor, 2 contra e 6 ausências) da proposta final de fusão de emendas no que se referia à destinação de recursos para fomento em C e T (com percentual de 1,5% da receita de impostos) — artigo 236 da Constituinte (promulgada em 3 de outubro de 1989).

NOVEMBRO, 1989 — Debates e propostas sobre a Lei Complementar.

— Emenda Popular (assinada por Sociedades Científicas) ao projeto de orçamento do estado para o ano de 1990, propondo alocação de recursos da ordem de 1,5%, apesar da inexistência da lei complementar disciplinando o repasse.

MARÇO — MAIO, 1990 — Debates e visitas a deputados sobre a Lei Complementar.

— Anteprojetos de Lei protocolados por deputados.

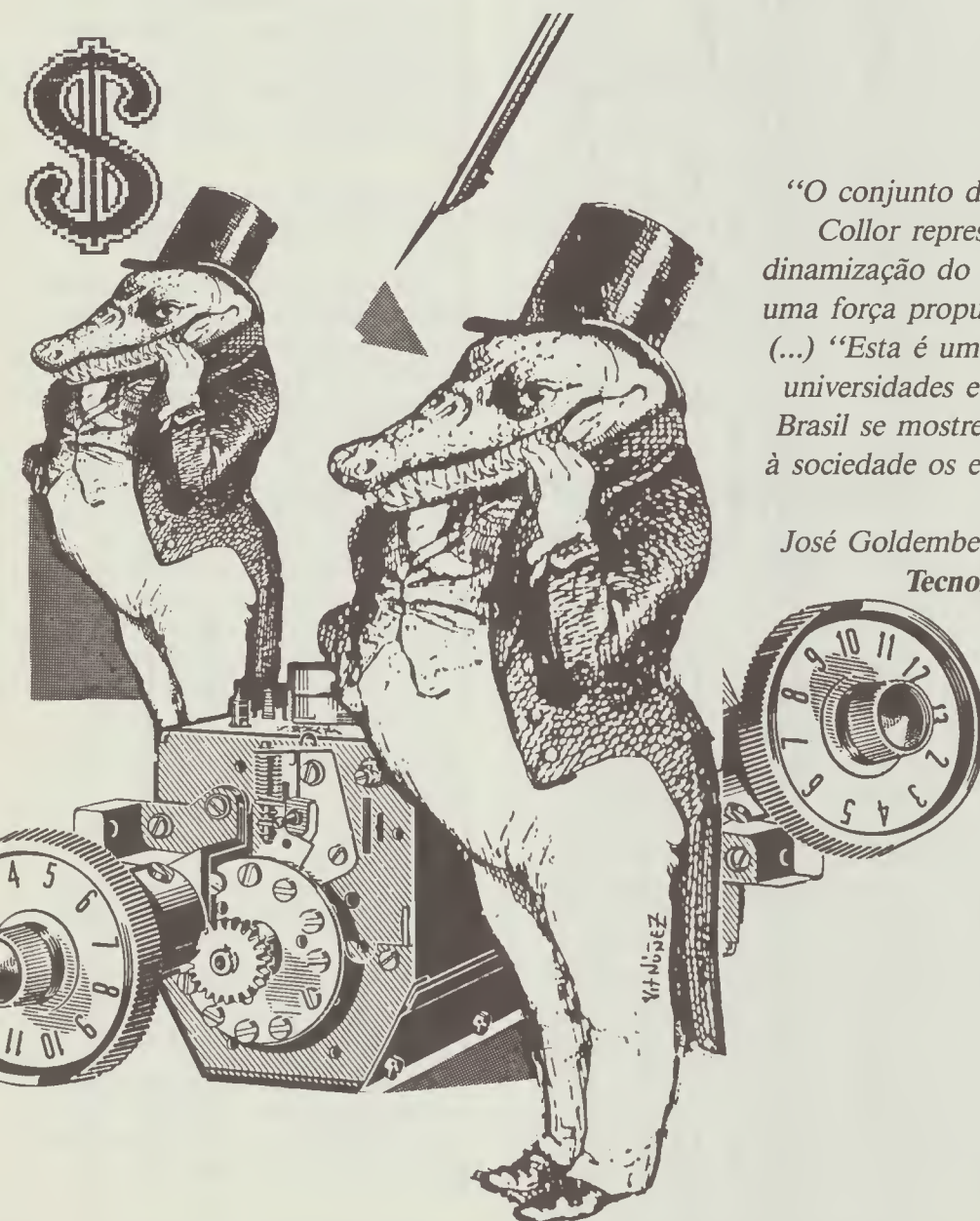
— Articulações para fusão de anteprojetos e apresentação de emenda única.

JUNHO, 1990 — Aprovação, no plenário da Assembléia, por unanimidade, da Lei Complementar, na forma de emenda única.

JULHO, 1990 — Na Abertura da reunião Anual da SBPC, governador Sinval Guazzelli sanciona a Lei Complementar como votada na Assembléia.

OS CIENTISTAS E O ESTADO: AMBIGÜIDADE E COOPTAÇÃO

(Reflexões em torno da SBPC,
CNPq e da ética camaleônica)



“O conjunto de medidas aprovadas pelo presidente Collor representa um esforço sem precedentes de dinamização do setor de Ciência e Tecnologia, como uma força propulsora do desenvolvimento nacional.” (...) *“Esta é uma oportunidade de ouro para que as universidades e grupos de pesquisa espalhados pelo Brasil se mostrem à altura do momento e devolvam à sociedade os enormes investimentos feitos nelas há muitas décadas”.*

José Goldemberg — O Programa de Modernização Tecnológica. Folha de S. Paulo, 17/09/90.

HÉLGIO TRINDADE*

Nunca como na conjuntura brasileira atual tornou-se obrigatória uma releitura de duas clássicas conferências de Max Weber pronunciadas em 1919, em que o sociólogo alemão traça um paralelo entre a vocação do sábio e a vocação do homem político. A ciência e a política são, em sua concepção, duas vocações pro-

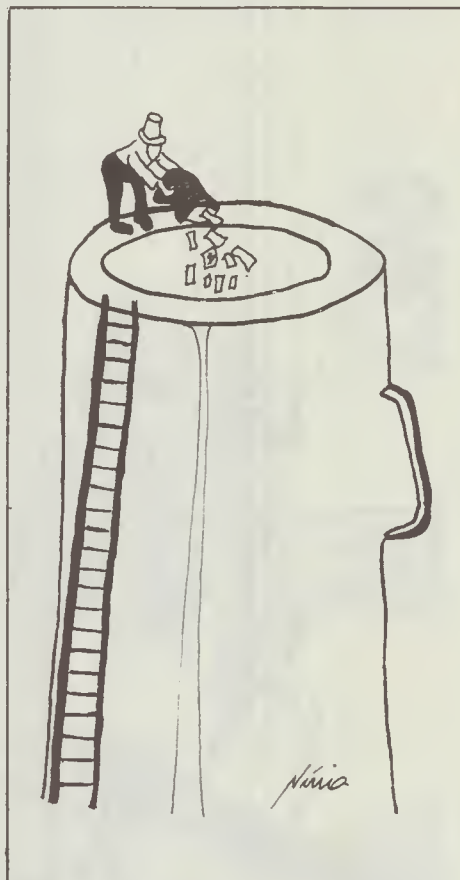
* Professor de Ciência Política - IFCH/UFRGS. Membro do Comitê Assessor de Ciências Sociais do CNPq.

fundamente divergentes: uma supõe a modéstia e a disponibilidade do espírito; a outra, tensionada entre a ética da convicção e da responsabilidade, sofre de uma contradição que lhe impedirá de chegar à verdade científica. Weber, ao propor os condicionamentos éticos da vocação do homem político, não esconde seu ceticismo: “O destino de nossa época caracterizada pela racionalização, pela intelectualização e sobretudo pelo desencantamento do mundo conduziu o homem a banir os valores supremos mais sublimes da vida política” ⁽¹⁾.

Essa digressão weberiana ocorreu-me a propósito do crescente envolvimento de “cientistas” na administração da ciência em organismos estatais, na complexa convivência com o Estado e com a comunidade científica.

Esta relação tem sido basicamente marcada pela ambigüidade. De um lado, decorre de uma visão instrumental do Estado na ótica dos cientistas. Esses, quando no poder, não assumem, em seu discurso, que fazem parte do governo de corpo inteiro e proclamam-se, ao mesmo tempo, “representativos” da comunidade científica. O Presidente do CNPq, falando recentemente aos pesquisadores da UFRGS, referia-se a “esse Governo” com uma postura ambígua semelhante à de Magri, “doublé” de ministro e líder sindical. De outro lado consideram-se, por culpa ou cinismo, portadores de uma missão, negando aparentemente que a técnica de infiltração no Estado, o “lobby” organizado e a administração científica estatal fazem parte da ação política. Recentemente, por ocasião da 42ª Reunião Anual da SBPC, ficou claro, no debate com os líderes da comunidade científica, que houve um avanço na transparência. Os cientistas no poder, com mais arrojo, estão aceitando a lógica do governo e não hesitam em assumir essa contradição acusando, inclusive, seus colegas de “corporativismo”.

O processo de institucionalização das ciências no Brasil, embora longo e penoso, obedeceu à sua própria lógica. O fazer científico nunca conseguiu dissociar-se da construção de sua própria legitimidade enquanto saber socialmente relevante. Se com a criação da Sociedade Brasileira de Ciências, no Rio de Janeiro, em



1916 (transformando-se em Academia Brasileira de Ciências, em 1922), instituiu-se uma associação de “elite” destinada a preservar os “altos padrões da ciência brasileira”, foi com a fundação da SBPC, em São Paulo, em 1948, que se estabeleceram as bases de uma “organização ativista destinada a atender os interesses gerais da comunidade científica como um todo” ⁽²⁾. O papel da SBPC foi crucial como instrumento de intercâmbio científico, articulação entre as associações científicas e agente conscientizador da importância de uma política científica do Estado.

No período “desenvolvimentista” da década de 50, a comunidade científica mobiliza-se em torno da questão da energia nuclear. Com a formação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas no Rio, em 1949, define-se a crescente hegemonia dos físicos na distribuição dos recursos do CNPq sobre os biólogos que controlavam a SBPC desde sua fundação e obtinham,

até 1956, maiores subvenções ⁽³⁾. Estava, assim, implantada a primeira ponte estável entre os cientistas e o Estado através da ação do CNPq (1951). Após um longo período de relações difíceis, o processo desemboca na “cooptação de cientistas pelo regime militar” a partir da política nuclear nacionalista do Governo Costa e Silva que “recebeu total apoio dos físicos e ampla aprovação da comunidade científica em geral” ⁽⁴⁾.

Com a reforma universitária dos anos 70, a implantação do tempo integral e da dedicação exclusiva nas Universidades priorizou os setores das ciências exatas e biológicas, bem como deu a estas o controle sobre as câmaras de pesquisa e pós-graduação e as respectivas pró-reitorias. Foi a fase em que ocorreu, através da “corporativização” dos cientistas e da ciência, a burocratização da universidade. O modelo do Estado Novo já implantara a matriz corporativa através da cooptação dos operários (sindicatos oficiais), dos empresários (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial) e do exército (Volta Redonda, Petrobrás). Com o autoritarismo militar dos anos 60, começa a cooptação também de parte significativa das lideranças científicas.

A utopia dos militares do “Brasil Potência”, do acordo nuclear com a Alemanha, da expansão da pós-graduação coincide com os anseios reprimidos da comunidade universitária e científica. Nessa época, nasceram as mais polpudas verbas, a fundo perdido, para financiar a pesquisa. Essa fase tornou-se uma espécie de idade do ouro onde os recursos irrigaram os laboratórios das universidades e dos institutos de pesquisa porque a meta dos militares e as aspirações dos cientistas convergiam. Estava engendrada a cooptação dos cientistas e da universidade, cuja autonomia perdida foi raramente reclamada, uma vez que a simbiose era total.

Na segunda fase, gestada no período pós-milagre, em que a transição política foi concedida como um caminho de retorno a governos civis, começa a cair progressivamente o financiamento da pesquisa. No entanto, a combinação de recursos oriundos de diferentes agências, as

prioridades estabelecidas pelo governo para determinadas áreas e o primeiro apoio externo (PADCT) levam os cientistas a mudarem de estratégia. A SBPC já se tinha tornado um poderoso instrumento de pressão política — com a incorporação maciça das ciências humanas — para canalizar as aspirações e interesses da comunidade científica. As “hard sciences” perdem seu monopólio e as “soft sciences” incorporam o discurso científico na competição com as outras áreas. Crescem os recursos, em termos relativos, para apoiar as ciências humanas e sociais e sua força traduz-se na formação de poderosas associações científicas do que a ANPOCS é o melhor exemplo.

Com a Nova República, sob a promessa governamental de aumentar o orçamento de C&T, para 2% do PIB, assume a direção do CNPq o presidente da SBPC, Clodowaldo Pavan. Era o início da fase dos cientistas no poder, gerando grandes esperanças na comunidade científica.

A primeira experiência foi desastrosa. A grande expectativa inicial, sobretudo com a criação do MCT, acabou transformando-se numa enorme frustração. A crescente ineficiência do CNPq, sua incapacidade de responder às demandas da comunidade científica em expansão, provocou o seu colapso, sobretudo com a ulterior extinção do Ministério. A fatídica nomeação de Ralph Biasi para a nova Secretaria da C&T, começou a gerar a desagregação do sistema e o processo de esvaziamento da Finep. O fascínio pelo poder de alguns cientistas acaba levando a um quadro melancólico, com o desencadeamento de uma crise interna sem precedentes em todos os órgãos sob seu controle.

Se os cientistas foram uma elite de pioneiros, dissociada do Estado, nos tempos heróicos da SBPC, quando os laboratórios universitários eram raros e os recursos vinham mais de fundações americanas do que dos fundos públicos, transformaram-se, progressivamente, num poderoso “lobby”, buscando o



apoio do Estado no financiamento da pesquisa e da formação de recursos humanos de alto nível.

Com o Governo Collor, os cientistas no poder deram mais um passo. Aceitaram o controle da Secretaria de C&T e

novamente do CNPq, deslocando o centro decisório para os físicos. O binômio Goldemberg/Gerhard centraliza a condução da política científica no núcleo do sistema, já que a Capes e a Finep estão ainda bastante abaladas com as respectivas crises internas.

A relação entre ciência e Estado mudou. A estratégia da infiltração e o grupo de pressão da fase autoritário-militar perderam sua eficácia. Os cientistas já estão no interior do aparelho do Estado. A aliança entre economistas, físicos e tecnocratas da ciência está se viabilizando através da política industrial. O fato novo, porém, é que para a nova aliança as associações científicas e os comitês assessores das agências governamentais passam a não ser mais funcionais. Isso explica o clima da última reunião da SBPC em Porto Alegre ou as recentes reuniões de avaliação do CNPq, onde a postura crítica da comunidade começou a tornar-se incômoda.

O secretário de C&T, José Goldemberg, ao defender o crescimento anual de 15% e dobrar em cinco anos os recursos alocados como uma “meta realista”, critica os que consideram esses recursos insuficientes, sobretudo, no contexto de uma nova política industrial e de abertura da economia brasileira à concorrência internacional. Considera que “afirmar o contrário significa, antes de mais nada, tentar conquistar aplausos de movimentos corporativistas que perderam seu rumo. Mais ainda, significa tentar envolver as associações científicas em atividades políticas a favor ou contra o governo, o que vai acabar por dividi-las, marginalizá-las e destruí-las”⁽⁵⁾.

Os cientistas no poder parecem esquecer que a expansão prevista do número de doutores pesquisadores implicava na triplicação deste grupo para o início da década de 90. Sarney também prometera aos cientistas, até o fim de seu Governo, 2% do PIB para C&T, não tendo atingido nem 0,6%. Como lembra o Reitor da Unicamp, Carlos Vogt: “Como aspirar à modernidade e pretender a inserção brasileira no plano internacional do domínio tecnológico sem uma concentra-

ção maciça de recursos na qualificação dos profissionais de ciência? (...) Países que há décadas alcançaram o padrão-ouro da modernidade tecnológica — o Japão, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha — continuam a investir de 3% a 4% de seu PIB no financiamento de ciência e na formação de recursos humanos universitários ou não. Considerando-se que o PIB norte-americano é cerca de 20 vezes superior ao brasileiro, pode-se calcular que o “gap” tecnológico entre os dois países cresce numa proporção geométrica de cem para um, ano a ano. Nossa distância em relação a países como a França, a Itália e o Canadá é ligeiramente menor, mas atordoa pensar que produzimos menos ciência (e profissionais qualificados em número muito menor) que a Índia e a Austrália, por exemplo” (6).

Mas a atitude dos cientistas no poder não se limita ao campo de sua responsabilidade governamental. O Secretário da C&T, ao diagnosticar que “as metas mirabolantes e demagógicas (...) não foram atingidas, exceto durante o regime autoritário que usou os cientistas para suas próprias finalidades”, resolve dar uma li-

ção de democracia. Para Goldemberg, “o atual governo, o primeiro saído das urnas desde 1961, enfrenta esse problema e, portanto, as corporações que se formaram em defesa de posições conquistadas por elas. Para algumas delas, o apoio a suas reivindicações é a maior e a única das prioridades e não atendê-las é como tirar o leite das criancinhas. Um governo que tente responder às demandas de toda a sociedade e não a alguns dos seus grupos precisa balançar essas demandas. Comportar-se de outra forma é pouco realista e, pior do que isso, é ignorar que o regime autoritário terminou e que voltamos agora ao regime democrático em que não apenas uma, mas muitas vozes se ouvem.” (7).

Estaria a comunidade dos que fazem ciência nas universidades e institutos de pesquisa disposta a aceitar o argumento de que a situação de indefinição e de indigência da ciência e tecnologia no país é resultante da ausência de uma postura democrática e do excesso de corporativismo dos cientistas? Valeria a pena refletir seriamente sobre o assunto porque, na verdade, o que certas lideranças científicas no poder estão inventando é uma nova categoria ética que se configuraria fora do universo weberiano da “ética da convicção” e da “ética da responsabilidade”: a ética camaleônica.

(1) WEBER, Max. *Le Savant et le Politique*. Paris, Union Générale d'Editions, 1963, p. 96.

(2) FERNANDES, Ana Maria. *A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília, Ed. da UnB, Anpocs, CNPq, 1990, p. 30-31.

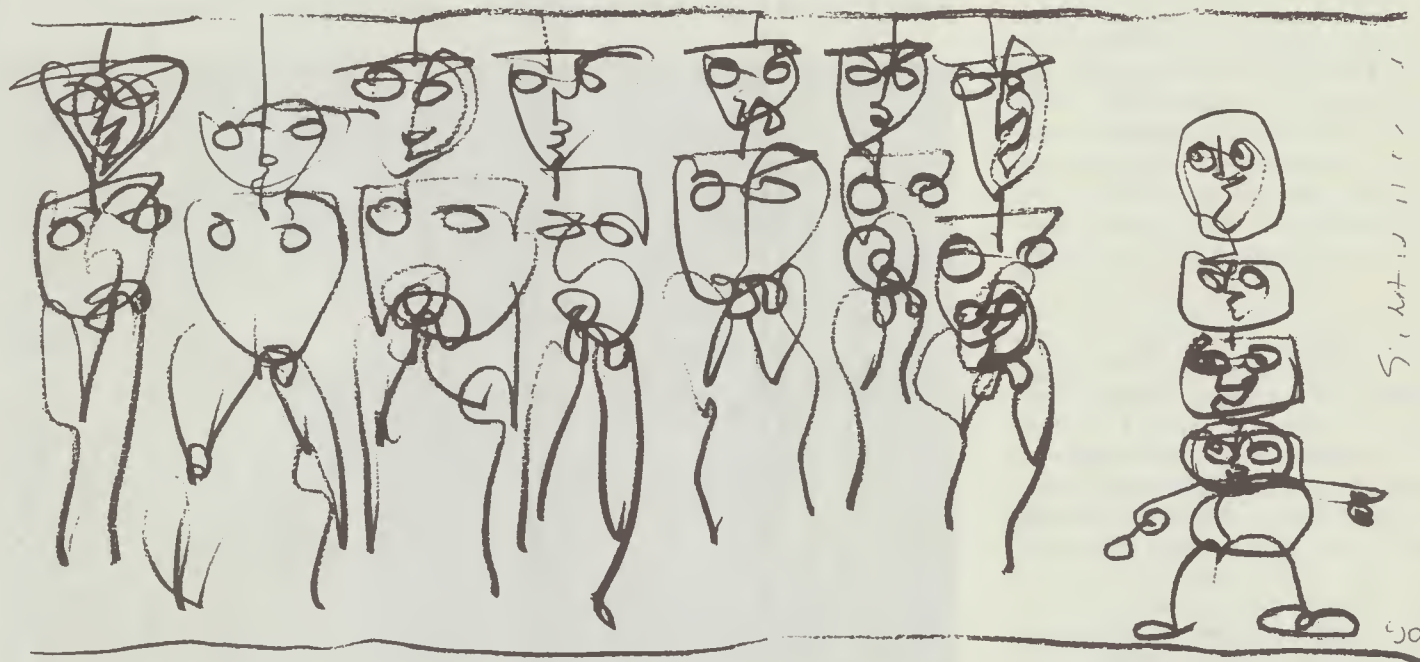
(3) Vide BRUNETTI, J.L.A. e outros. *CNPq: um Enteeado da Política Oficial*, in: *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento 2*, UNESCO/CNPq, Brasília, 1983, p. 105.

(4) FERNANDES, A.M, Op. cit. p. 32 e 166.

(5) GOLDEMBERG, José. *Os Cientistas e o Autoritarismo*. Folha de S. Paulo, 19/07/90, p. A-3.

(6) VOGT, Carlos. *Modernidade e Ciência*. Folha de S. Paulo, 26/07/90, p. A-3.

(7) GOLDEMBERG, José. *Os Cientistas e o Autoritarismo*. Folha de S. Paulo, 19/07/90, p. A-3.



Coral da UFRGS canto e (des)encanto

A falta de uma política cultural na esfera federal e a inexistência de apoio financeiro tem sido o maior problema para a maioria dos grupos artísticos e culturais no País e no Rio Grande do Sul. Os grupos de canto coral sofrem do mesmo mal: na sua maioria amadores, contam com pouco apoio para sua arte. O Coral da UFRGS, infelizmente, não foge à regra. Apesar de levar o nome da Universidade, e de inicialmente ter pertencido ao seu rol de preocupações, hoje tem como trabalho maior a luta para não morrer. No momento, enfrentando a falta de verbas que atinge a Universidade Pública, o Coral negocia com a UFRGS apoio para que possa manter-se vivo. O reitor Tuiskon Dick está estudando um projeto elaborado pelo Coral com este objetivo.

Os problemas que afligem o Coral da UFRGS são os mais diversos, como explica Eldad Chapper, diretor Artístico e ensaiador do Coral. Vão desde “pequenas emergências”, até a necessidade de um regente titular e professor de técnica vocal. Para a Regência a UFRGS através da Pró-Reitoria de Extensão, oferece ao Coral um profissional que tenha vínculo com a Universidade, e o mesmo não tem remuneração específica, recebendo conforme sua colocação na UFRGS, isto é, como professor ou como regente. Através deste sistema, que não é o ideal, de acordo com Eldad, o Coral da UFRGS teve a sorte de contar, nos últimos anos, com dois excelentes regentes: o maestro Cláudio Ribeiro, do Projeto Prelúdio, e o maestro Néelson Edy de Menezes, professor no Instituto de Artes. Com eles, o Coral manteve o nível conquistado ao longo dos anos, destacando-se no cenário estadual como o número um entre os grupos corais. No momento, entretanto, o Coral da UFRGS encontra-se sem regente. “Tudo é feito na base do voluntariado — explica Chapper, que atualmente exerce a função de ensaiador do Coral, obviamente, sem remuneração específica.

A Técnica Vocal é imprescindível para um grupo Coral. Nesta área, a professora Ida Weisfeld atua com o Coral há pelo menos 12 anos, recebendo seus proventos através da Pró-Reitoria de Extensão, como prestadora de serviços. Este ano, o primeiro pagamento foi feito em junho e, em anos anteriores, a professora chegou a trabalhar um ano e meio sem remuneração.

O Pró-reitor de Extensão, Prof. Waldomiro Manfroí, reconhece que a situação merece solução. “O Coral da UFRGS — diz Manfroí — é importantíssimo para a sociedade. Conseguiu um nível de destaque muito bom e tem projeção, graças aos seus próprios méritos. Com isso, a própria Universidade acaba sendo reconhecida”. Disposto a encontrar uma saída para o Coral, que se traduz em apoio financeiro, Manfroí esbarra num empecilho que, segundo ele, é muito grave: trata-se do orçamento da Universidade, que não prevê “destaque” para o Coral. Não há recursos. Para Manfroí, “toda a Universidade que se preze, deve ter grupos corais, assim como orquestras, grupos de teatro, etc. Do contrário, ela é incompleta”. Salienta, entretanto, que antes de tudo é necessário definir uma política, que leve em conta número de

componentes, professores e espaço físico, “dentro de uma nova dimensão”, segundo ele. “A solução, diz Manfroí, seria que a Universidade fizesse uso dos seus recursos, definindo o que fazer dentre tantas carências”. Ele observa, entretanto, que é impossível esta definição quando os recursos não existem. “Se não existem recursos, sempre a cultura e as artes é que vão sofrer”, lamenta.

O Coral da UFRGS é formado por 30 cantores, na sua maior parte alunos, funcionários e professores da Universidade e até mesmo por membros da comunidade em geral. Sendo assim, bem simboliza a extensão, como reconhece Manfroí. Na trajetória do Coral da UFRGS destacam-se, entre outros, primeiras audições, como a da obra “Os Campeadores”, do compositor Bruno Kiefer, interpretada com a OSPA — Orquestra Sinfônica de Porto Alegre; concertos no Uruguai e Argentina, primeiro lugar no II Concurso Nacional de Coros promovido pelo MEC-FUNARTE/Rede Globo em 1978; participação na gravação da trilha sonora do espetáculo “Som e Luz”, das Missões, do compositor gaúcho Jorge Preiss; interpretação da peça didática “Apresentação do Coro”, de Osvaldo Lacerda, composta especialmente para o

Miguel Canabarro



Coral durante ensaio, conduzido por Eldad Chapper.

Coral, em seu 15º aniversário; com a OS-PA interpretou a Nova Sinfonia, de Beethoven. No seu 25º aniversário, interpreta o "Magnificat", de Cláudio Monteverdi. Em 1989, faz turnê a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e em outubro, classifica-se em primeiro lugar no 14º Festival Internacional de Coros de Porto Alegre, concorrendo com um Coral alemão e corais da América Latina, e sendo julgado por um júri que incluía regentes e professores de técnica vocal dos Estados Unidos, Índia, Alemanha, França e Brasil.

Para informar à reitoria da UFRGS sobre o funcionamento de alguns outros corais de Universidades Federais, a Diretoria do Coral da UFRGS promoveu uma audiência entre o Reitor Tuiskon Dick e o maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca, regente do Coral Ars Nova, da Universidade Federal de Minas Gerais, que esteve no Rio Grande do Sul em julho último, participando do Festival Brasil Cantat, em Novo Hamburgo. O Ars Nova é considerado um dos grandes corais brasileiros, senão o de maior expressão, e tem uma destacada carreira a nível internacional, sendo detentor de várias primeiras colocações nos mais importantes festivais de Coros do mundo. O maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca atua com o Coral há 30 anos, e é um dos mais respeitados regentes corais no Brasil e no exterior, além de compositor de renome. A UFMG apoia o Ars Nova através de uma Fundação. Entre outras coisas, contrata regente titular e auxiliar e dá bolsas de ajuda de custo aos cantores e sede permanente ao Coral.

A conversa com o Reitor, para Chapper, foi importante e conscientizadora. Para Manfroi, a idéia de uma Fundação é o ideal, mas difícil de ser aplicada à UFRGS pela inexistência de uma instituição do gênero. "Um coral de Universidade representa o próprio espírito da Universidade, e por isto, não pode morrer", observa, entretanto, Manfroi.

Com uma carreira brilhante, que inclui mais de 800 apresentações no Brasil e na América Latina, pode-se dizer que o Coral da UFRGS representa o espírito da Universidade. Onde canta, leva embutido no nome da UFRGS, uma atuação impecável, uma imagem séria e a mais pura arte. A nível nacional, é considerado um dos melhores corais brasileiros. Por tudo isso, o Coral da UFRGS não pode morrer.

ARMANDO ALBUQUERQUE

NÍDIA KIEFER*

Não fui aluna de Armando Albuquerque mas tive o privilégio de fazer parte das pessoas que com ele conviveram com muita proximidade. Fomos amigos. Armando Albuquerque, muito sério em seu trabalho, era dono de uma personalidade cativante e foi "protagonista de muitas histórias" que muito diziam dele. Vou referir uma que me foi contada por Bruno Kiefer. Certa vez, Bruno pediu ao Armando uma composição sua que deveria ser enviada a São Paulo para uma possível edição. Como o tempo passava e Armando não entregava a referida obra, Bruno insistiu no pedido recebendo então a resposta do Armando de que não podia entregar pois ainda faltava uma "coisinha". Perguntado que "coisinha" era, respondeu: — a indicação metronômica. Bruno respirou aliviado: — Ah! é só isso? Então coloca logo. Não posso, diz Armando, pois não possuo metrônomo. — Bem, sugeriu Bruno, então marca pelo relógio. E o Armando, com sua tranquilidade habitual, novamente respondeu: "Eu também não tenho relógio..." E era isso mesmo, o Armando orientava-se pelo sol. O tempo para ele era algo para ser vivido e não contado. Sua maneira de viver, compor, andar, conversar, sua fala mansa e macia; seus olhos vivos e penetrantes, às vezes marotos; seu sorriso, muitas vezes enigmático; sua cabeleira branca contrastando com o rosto surpreendentemente jovem nos seus 80 anos; sua presença forte e magnética conferiram-lhe, mesmo à sua revelia, a condição de "guru". E algumas gerações de músicos ainda sentem e sentirão a força de sua presença e sabe-

doria. Armando Albuquerque foi um artista muito versátil. Para quem não o conheceu, é necessário dizer que foi um dos compositores mais criativos e abertos para a realidade musical contemporânea no Brasil. Foi professor de Composição no Instituto de Artes de nossa Universidade. Além de compor, Armando tocou violino em orquestras sinfônicas, de óperas, de operetas, de revista, e foi pianista em conjuntos populares variados. Foi instrumentador na Rádio Nacional, tocou viola no Teatro João Caetano na companhia de Vicente Celestino no Rio de Janeiro; dirigiu coro, foi copista, fez gravações ora como violinista, violista, pianista ou tocando celesta. Começou a compor em 1926, passando o resto de sua vida envolvido com a composição e também com a execução de suas obras. Fez a estréia de muitas de suas obras para piano. Ao falecer, em 16 de março de 1986, legou-nos cerca de uma centena de obras abrangendo música de câmara e sinfônica. Em sua bagagem musical predominam obras para piano solo, praticamente um terço do total, seguidas de obras para canto e piano, além de duos, trios, quartetos, quintetos instrumentais e obras para orquestras de cordas e sinfônicas. Com saudade, ainda uma lembrança do Armando: um dia caminhávamos pela Av. João Pessoa e perguntei se não lhe cansava fazer esse trajeto, diariamente, a pé. Disse-me que não, o andar de ônibus desagradava-lhe pois: "os ônibus sempre nos deixam depois do lugar em que desejamos descer. E eu não gosto de voltar. Caminhar — só para frentel!"

* Coordenadora do Projeto Prelúdio/UFRGS.

Este artigo foi enviado ao jornal Zero Hora e não foi publicado. A ocasião era maio de 1990, quando aquele jornal atacava mais uma vez a Universidade Pública. O artigo foi publicado, posteriormente, pelo Jornal Multiarte, nº 26, de julho/1990.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA É EFICIENTE!

CÉSAR VASCONCELOS *
JOACIR T.N.MEDEIROS * *

OS NÚMEROS REAIS

Não é por acaso que o governo brasileiro começa a ceder em sua disposição inicial de reduzir o orçamento de pessoal das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 30%. Alegações, infundadas, de que "...o estudante de nível superior destas instituições é o mais oneroso do mundo" ou que as Universidades Federais constituem "um favorecidíssimo segmento..." que consome "87% do orçamento ministerial" é que só atende 27% dos universitários do País... (segundo editoriais de Zero Hora), começam a dar lugar a uma postura mais madura e responsável.

Existem duas explicações para esta mudança de atitude. A primeira delas está na ação enérgica e bem articulada das direções das IFES e de seus representantes de classe a reafirmar aquilo que é de domínio público: a educação, entendida no sentido mais amplo como a busca do interrelacionamento entre ensino, pesquisa e extensão, indispensável para o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico da nação, é realizada quase que exclusivamente nas Instituições Federais de Ensino Superior. A segunda explicação está na falta de argumentos convincentes para aquelas decisões. Por exemplo, as comparações das relações aluno por professor nas Universidades Federais com instituições do exterior que, segundo o MEC, atingem em alguns casos o dobro dos valores no Brasil, igualam realidades sociais e econômicas, assim como instituições universitárias muito distintas. Na Europa e nos EUA existem, além das universidades, instituições extra-universitárias de pesquisa que não exercem atividades didáticas, enquanto que nas universidades públicas brasileiras todo pesquisador é, ao mesmo tempo, também professor. Não levam em conta que na Europa e nos EUA a referida relação conta somente os professores efetivos, não se incluindo aí os professores assistentes, não efetivos, responsáveis pela maior parte da carga didática da instituição, nem professores visitantes, doutorandos, pós-doutorandos ou diplomados que também participam de atividades didáticas. Nestas universidades é comum que um professor tenha até 150 alunos por turma, ministrando aulas em anfiteatros (no Brasil, por dispositivo de lei, as turmas são limitadas a 50 alunos por classe) e, diferentemente do Brasil, muitas destas instituições não têm a priori limitações de vagas.

As alegações de que as Universidades Federais consomem 87% do orçamento ministerial, para atendimento de somente 27% dos universitários do país não levam em conta que uma parte significativa das universidades que atendem aos resultantes 73% dos universitários brasileiros são empresas que não passam de "colégios de 3º grau". Nestas instituições, o regime de trabalho é, em geral, o da hora/aula, e o salário de seus professores é por isso menor. A ausência de projetos de pesquisa, a precariedade das instalações materiais, sobretudo de bibliotecas e de laboratórios, e a elevada jornada de trabalho dos docentes inviabilizam nestas universidades, um ensino de boa qualidade e a produção de conhecimentos associados. As IFES, por sua vez, contam com poucos recursos para pesquisa (por exemplo, apenas 4% da verba utilizada pela UFRGS para pesquisa vem do MEC) porque o investimento governamental com a educação é muito baixo — corresponde a apenas 3,5% do PIB enquanto que as nações mais desenvolvidas investem percentuais superiores a 6 ou 7%. Nestes países o setor privado também investe, e muito, na educação.

FUNÇÃO SOCIAL

Mas, qual é a função social da universidade? A função primordial, todos hão de concordar, é a formação de recursos humanos. Neste contexto, cabe destacar a importância da pós-graduação como elemento fundamental na consolidação de um sistema nacional de Ciência e Tecnologia eficiente, na formação de novos pesquisadores e na produção cultural, científica e tecnológica, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento nacional. O desafio que se impõe ao país neste momento é por isso bastante claro: é preciso consolidar o patamar atual, com cerca de 250 cientistas e engenheiros por milhão de habitantes, sem perder de vista os níveis dos países mais desenvolvidos aproximadamente 20 mil cientistas e engenheiros por milhão de habitantes. Por isto é necessário que os investimentos neste setor cresçam dos atuais cerca de 0,6% para 2 a 3% do PIB, que é o patamar dos países mais desenvolvidos. Mas a função social da universidade não se esgota apenas aí. Alguns exemplos da UFRGS ilus-

tram melhor estas afirmativas. A UFRGS tem realizado pesquisa básica em áreas vitais para ao desenvolvimento científico e tecnológico do país como, por exemplo, química fina, semicondutores, engenharia genética, materiais cerâmicos, biotecnologia, supercondutividade, agronomia, entre outras. O Hospital de Clínicas e os institutos de Farmácia e Odontologia da UFRGS têm prestado serviços relevantes à comunidade de Porto Alegre. Até mesmo o Pronto Socorro Municipal encontrou uma forma de sobreviver à crise, transformando-se em hospital-escola da nossa Universidade Federal.

Neste contexto, indicadores mais corretos para a avaliação das IFES são, por exemplo, a qualidade do curso de graduação e dos profissionais daí egressos; a qualidade de seus cursos de pós-graduação e de extensão; o número e a qualidade das publicações científicas produzidas, como também outras contribuições relevantes da universidade para o progresso efetivo da sociedade. Um exemplo: uma análise realizada recentemente concluiu que o Rio Grande do Sul é hoje o segundo pólo de informática do país graças a contribuição relevante da UFRGS na formação de recursos humanos e desenvolvimento científico neste setor. O país necessita de uma Universidade Pública competente para efetiva consolidação de suas potencialidades, para seu desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social. E para a consecução deste objetivo é preciso investir na Universidade...

* Professor do Instituto de Física da UFRGS.

* Membro da Diretoria da ADUFRGS.

OS ADVERSINHOS (II)

ORAÇÃO À COMCAR

Ó, poderosa ComCar,
Concedei-me a matrícula suplementar!
Ó, entidade piedosa,
Sede magnânima, libera-me a folha rosa

Enfrentei a Freeway lotada,
A fila desmesurada,
A central de dados avariada,
Mas para vos adorar, isto é nada!

Sacrifico-vos dois mil bodes se me concederdes
Tantas quantas eu pedir,
Mil e uma folhas verdes!

Tende clemência desta humilde partícula,
Suplico, submisso, o divino carimbo:
Abençoa, ó ComCar, minha matrícula!

(Mauro Dorfman e Verde)



